

## Velhos organistas da Bahia - 1559-1745

A crônica guardou a presença de um organista — a do franciscano Frei Mafeo (1) — entre os que participaram da descoberta de Pedro Alvares Cabral. Inegavelmente, é êle a primeira figura de organista a pisar o solo baiano e, como nos parece, o primeiro a tocar órgão no Brasil, principalmente naquele remoto primeiro de maio de 1500, quando houve “uma solene missa, com muita festa” (2). Os “títulos” pelos quais são conhecidos os franciscanos que pisaram a terra do Brasil não são meros títulos; são funções. Funções requeridas quando se pensou na longa viagem e nos seus fins. Assim é que, com Frei Henrique Soares de Coimbra, vinham quatro padres pregadores, um organista, um corista de ordens sacras — que tem levado muita gente a concluir tratar-se de um verdadeiro músico ou grande cantor, o que não parece provável — e um irmão leigo. Temos, pois, como sendo difícil imaginar não houvesse na armada portuguesa também um legítimo órgão portátil, tão praticado por antigos europeus. De outros instrumentos — tambores, trombetas, flautas, pandei-

ros, etc. — sabemos que os portugueses sempre carregavam em suas armadas, “para livrar a tristeza do mar” (3). E por que não um órgãozinho, se na esquadra traziam um organista?

Seja como fôr, a presença da música na época do descobrimento do Brasil, além de espantar um pouco os índios, não trouxe maiores conseqüências para a nossa história musical. Inútil exagerar, no que tange à música, o papel desse episódio, historicamente honroso, sem dúvida, mas sem rastos e sem frutos imediatos. Talvez um prefácio, não o verdadeiro começo de nossa vida musical. A “musicalização” dos nossos índios viria mais tarde, lenta, inteligente, espantosa sob certos aspectos.

No que respeita à história do órgão no Brasil, cremos que a primeira página deve ser buscada, em 1559, na Cidade do Salvador ou, mais precisamente, na primeira Sé do Brasil. Com efeito, é para essa Sé que El-Rei, em Alvará de 9 de setembro de 1559, determina “haja daqui em diante um tangedor dos Órgãos o qual haverá de mantimento ordenado doze mil réis em cada ano a custa de Minha Fazenda enquanto se não acabar de fazer a dita Sé; porque tanto que fôr acabada haverá o dito Ordenado dos quarenta mil réis, que são ordenados para a fábrica dela; e o dito Tangedor servirá o dito Cargo conforme o Regimento, que lhe para isso dará o Bispo das Partes do Brasil, e o Cabido da dita Sé” (4). O primeiro organista a ocupar o cargo oficial recém-criado foi Pedro da Fonseca, padre e cônego da Sé, que tinha lá os seus pendores para a arte do órgão. O referido “Clérigo de Missa” já vinha, possivelmente, atendendo às necessidades do culto em relação ao exercício do órgão, além de suas atribuições específicas como cônego. Beneficia-se do cargo criado pelo alvará de 1559, começando oficialmente a “tanger os Órgãos da dita Sé dia de Natal” do mesmo ano (5).

Dois documentos há, pouco conhecidos, que dão prova de que Pedro da Fonseca efetivamente se encontrava em atividade no seu “ofício de tangedor dos órgãos” da Sé da Bahia, no ano de 1560. São estes:

a) — Houve pagamento Pedro da Fonseca Cônego do 1.º de Maio até 6 de agosto do ano de 1560 do Ofício de Tangedor dos Órgãos em Heitor Antunes Rendeiro dos assúcares de 3\$200 réis, que se lhe montavam no dito tempo de Tangedor. E portanto puz aqui esta Verba hoje 8 de agosto do dito ano de 1560.

b) — Houve mais pagamento Pedro da Fonseca Cônego de 4\$ réis de Tangedor dos Órgãos do 1.º de Setembro de 1560 até o derradeiro dêle a razão de 200\$ réis por ano, e por que os recebeu no Tesoureiro Fernão Vaz da

Costa puz esta Verba hoje 8 de janeiro de 1561 anos, digo que os recebeu em Gaspar de Barros Tesoureiro.

[Manoel de] Oliva (6).

De que êle continua exercendo o cargo de organista em 1561, o seguinte documento é uma prova:

Houve pagamento o Padre Pedro da Fonseca de 4\$ reis em Gaspar de Barros Tesoureiro, que venceu de tanger os Órgãos da Sé do 1.º de janeiro do ano presente de 1561 até o derradeiro de abril dêle a razão 200\$ réis por ano, e portanto puz aqui esta Verba hoje 4 de julho, de 1561, digo que houve o dito pagamento em Pedro Rodrigues Amrullo [ou Anzulho] Almojarife de Pernambuco (7).

Louvando-se, certamente, neste lançamento de despesa, Régis Duprat diz que "o primeiro organista da Catedral" da Bahia permaneceu no seu pôsto "até o último dia de abril de 1561, quando foi substituído pelo Pe. Francisco da Luz" (8). O musicólogo brasileiro concluiu apressadamente, esquecendo-se de um outro documento que, na verdade, invalida a sua afirmação. O Padre Pedro, com efeito, continuou no seu ofício de organista até o derradeiro dia de agosto daquele ano, ou seja fim de agosto de 1561, sendo substituído pelo Padre Francisco da Luz, a partir de primeiro de setembro do citado ano. As provas aqui estão:

a) — Houve pagamento o Padre Pedro da Fonseca de 4\$ réis em Gaspar de Barros Tesoureiro, que venceu em tanger os Órgãos desde o 1.º de Maio de 1561 até o derradeiro de Agosto dele por mandado do Provedor-mor feito a 13 de Novembro de 1561. Pelo que puz esta Verba no dito dia.

Oliva.

b) — Houve pagamento o Padre Francisco da Luz da quantia de 4\$ réis em Gaspar de Barros Tesoureiro de tanger os Órgãos de Sé, que venceu do 1.º de Setembro de 1561 até o derradeiro de Dezembro dêle a razão de 200\$ réis que tem, e portanto fiz esta Verba hoje 18 de Fevereiro de 1562.

Oliva (9).

Não dispomos de qualquer outro elemento histórico a respeito do organista Padre Francisco da Luz. Sobre o seu antecessor, vale acrescentar que, ao deixar de ser organista da Sé, pouco tempo depois, assumiu o governo da nova paróquia da Vila Velha, que tinha como matriz a igreja de Nossa Senhora da Graça. Sabe-se que El-Rei, por Alvará de 26 de agosto de 1561 (registrado na Bahia, em 18 de fevereiro de 1562), ordenou "se creassem; e se erigissem em Novas Fre-

guezias a Igreja de Nossa Senhora da Graça, e a Igreja de Santa Cruz que estão na dita Bahia" e que tivesse, o vigário, o ordenado de quinze mil réis por ano, e mais três mil "para vinho, farinha, e outras despesas da Tesouraria das ditas Igrejas" (10). Na "Carta de Confirmação", o bispo D. Pedro Leitão assim se expressa: "perante Nós apareceu Pedro da Fonseca de Ordens de Missa, e Nós apresentou uma Carta de Apresentação do Senhor Mem de Sá. . . . pela qual Carta em Nome do dito Senhor Governador, . . . . Nos apresentou o dito Pedro da Fonseca a uma Vigairaria novamente ora creada por Paróquia, e Freguezia separada, e per si da Sé da dita Cidade do Salvador por sua Alteza na Povoação da Vila Velha; e sendo por Nós examinado, o achamos apto, e suficiente, e idôneo para servir a dita Vigairaria Paroquial, e Freguezia, como cumpre a serviço de Deus, e descanso de Nossa Consciência", e acrescenta no documento de 20 de fevereiro de 1562 que o ex-organista da Sé "será obrigado a servir, e residir pessoalmente na dita Vigairaria, como o Direito manda, e Nós ordenamos" (11). Em nota acrescentada ao texto, informa Fernão Vaz da Costa que o Padre Pedro "começou a servir. . . . de 18 de Fevereiro de 1562 anos em diante, como vi pela Certidão do Senhor Bispo". E Manoel de Oliva completa: "Acabou de servir a 4 de abril de 1565 anos esta Vigairaria" (12). De fato, "ao derradeiro dia de Abril de 1565", João Barantes era provisionado vigário da Igreja da Vila Velha, pois o lugar estava vago "pela renúnciação do dito Pedro da Fonseca" que havia sido o "último possuidor" da mesma vigairaria (13).

A escassez de fontes documentais impede-nos de conhecer a sucessão dos muitos organistas que, certamente, teve a Sé da Bahia, a primeira e única que teve o Brasil durante cento e vinte e seis anos. Também não conhecemos nenhum nome de organista que tenha atuado — entre muitos, certamente — no Colégio dos padres jesuítas. Se tinham órgão, tinham organistas, sem dúvida nenhuma. E quem nos informa da existência do referido instrumento, nas festas dos padres da Companhia, é Fernão Cardim, num passo como êste, a respeito da "Grande Festa da Confraria das Onze mil virgens, que os estudantes têm a seu cargo", solenidade realizada em outubro de 1584: "A missa foi oficiada com bôa capela dos índios, com frutas, e de alguns cantores da Sé, com órgãos, cravo e descantes" (14). No mesmo ano havia já se realizado uma outra festa, no "dia da invenção da Cruz", com "jubileu plenário em nossa casa, missa de canto d'órgão, oficiada pelos índios e outros cantores da Sé, com frutas e outros instrumentos músicos" e, na procissão feita no mesmo dia, "houve bôa música de vozes [polifonia?], frutas e órgãos." E continuemos com a descrição do Cardim, referente à procissão, por ser passagem muito rica de informações: "Em alguns passos estavam certos estudantes,

com seus descantes e cravos, a que diziam salmos, e alguns motetes, e também recitavam epigramas às santas relíquias. Com esta solenidade e devoção, chegámos à capela, aonde houve completas solenes" (15).

Tantos instrumentos — e não são todos — usados já na Bahia do século XVI! A lista dos "instrumentos músicos" iria mais longe se incluíssemos as queridas e famosas charamelas, a sacabuxa, o baixão, as trombetas, cornetas, pandeiros, o berimbau do Ir. Barnabé Telo (que nada tem a ver com o instrumento dos baianos de hoje), etc.

Missa e procissão realizadas com "órgãos". O plural não deve criar dificuldades. Tanto pertence à linguagem litúrgica — *pulsantur organa* — como era muito freqüente entre cronistas e escribas do passado, desde a idade média, pelo menos (16).

Os jesuítas da Bahia nunca devem ter passado sem um órgão no seu Colégio, desde o século XVI, embora nos faltem documentos literários (descritivos) ou iconográficos a seu respeito, os quais nos facilitariam saber o seu exato tipo e possibilidades. Na verdade não se entendia nessa época — e sobretudo depois da publicação do *Ceremoniale Episcoporum* (1600) — não se entendia culto solene litúrgico sem vozes e sem órgão. Ainda no século XVIII foi encontrado "um velho órgão" que havia sido dos jesuítas. O *Inventário* (1760) da Igreja do Colégio da Bahia anota: "Hum órgão velho, e destemperado [desafinado], que não toca por se achar com os foles rotos, e algumas pessas delle quebradas" (17).

Os órgãos primitivos usados no Brasil eram pequenos instrumentos — os que tocavam nas procissões deviam ser autênticos *portáteis* — de tubos, pneumáticos (cujos foles os negros escravos se encarregavam de manejar), com um só manual ou teclado, sem pedaleira, talvez alguns "jogos" ou registros, facilmente transportáveis (mesmo os de maiores dimensões). Em suma, órgãos *positivos*, pequenos ou médios, tão já conhecidos das igrejas européias. Só no século XVIII, cremos, é que aparecem os primeiros órgãos estáveis ou semi-estáveis, no Brasil. Construídos, muitos dêles, *in loco*, por organeiros brasileiros ou fixados no Brasil. Alguns dêesses instrumentos saídos das mãos e das habilidades de nossos *facteurs d'orgue* ainda se conservam, como aquêle da igreja da Ordem Terceira do Carmo, em Diamantina, "fabricado integralmente, entre 1782 e 1787, pelo Padre Manuel de Almeida Silva", informa Curt Lange (18); e o órgão, chamado *da coroa*, do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro, construído pelo mais famoso dos organeiros coloniais, Agostinho Rodrigues Leite (1722-1786), natural do Recife, e montado em 1773 pelo mesmo fabricante (19).

Segundo um documento de D. Luiz Alvares de Figueiredo, fallecido em 28 de agosto de 1735, a Sé da Bahia recebeu um nôvo órgão de Portugal, em 1727. E vieram com o instrumento os "oficiais para

o assentarem o que com efeito se fêz”, segundo reza o texto descoberto pela historiadora baiana Marieta Alves (20).

A Bahia também teve os seus organeiros, sobretudo no século XVIII, como Antônio Francisco Lisboa, que gozou de boa reputação também como organista, o qual, em 1791, recebeu cem mil réis pelo “Órgão nôvo” que fabricou para o Convento do Destêrro; como Antônio Paulo da Silva, autor de um órgão para o “côro de baixo” do Convento da Lapa, pelo qual recebeu a mesma quantia de cem mil réis (21). Mas, no século XVII, vive na Bahia um frade que entende de “afinar, e consertar” órgãos. Trata-se do Padre Frei João Fagundes que, em razão dos seus serviços prestados à Santa Casa, afinando e consertando o órgão de sua igreja, recebe em maio de 1676 a quantia relativamente grande de seis mil réis (o organista da mesma Santa Casa precisava trabalhar um pouco mais de três meses para conseguir igual quantia) (22). Mazza escrevendo nos fins do setecentos dá-nos notícia de um tal Frei Mathias, organeiro e organista, compositor e cantor, padre religioso carmelita e “Mestre da Muzica”. É bem claro quando diz que o carmelita “fas horganos, e [é] ótimo em rocar” (23). Infelizmente, deixa de precisar a época em que o organeiro e organista floresceu, o que poderá ser solucionado em futuras pesquisas.

Insistimos que os instrumentos usados pelos nossos organistas coloniais eram *órgãos*, *órgãos de tubos* — que os técnicos chamam: *flautas*, e nossos antepassados, “canudos”. *Não harmônios* — o que é óbvio para qualquer medíocre conhecedor da História da Música. No entanto, alguns musicógrafos brasileiros ignoram que o nome *Harmonium* e o instrumento correspondente eram inexistentes em todo o período colonial brasileiro. Assim é que êsses ilustres musicógrafos quando querem apresentar um organista do século XVII apontam Euzébio de Matos, “compositor famoso de Música”, no dizer de José Mazza, como sendo um músico que “tocava harmonium” . . . (24). Nenhum documento antigo se conhece sôbre a possível habilidade de organista do Frei Euzébio. Salvo engano, nem mesmo Barboza Machado, ou Mazza. Os modernos autores brasileiros, todos, direta ou indiretamente, se apóiam em Manuel Querino, que, apesar de não ser autoridade em que se pode fiar cegamente, não cai no disparate de afirmar que o baiano seiscentista tocava *harmonium*, mas sim, e apenas, que “tocava harpa e viola, instrumento muito em uso no seu tempo” (25).

A arte de tocar órgão, no Brasil, teve como berço a Bahia, onde inclusive se desenvolveu extraordinariamente por todo o período colonial. E tudo deve ter começado com o órgão da Sé da Cidade do Salvador, pois não consta que os jesuítas tivessem, antes, igual instrumento. Graças à inteligência e ao zêlo do primeiro bispo do Brasil é que a Bahia consegue o seu primeiro órgão. De fato, mal

chegado o prelado à Cidade do Salvador, êle se dirige a El-Rei pedindo "uns órgãos" para a Sé. Data de 12 de julho de 1522 a carta em que o bispo solicita "mandar-nos uns órgãos". Não apenas solicita, mas insiste: "Não se esqueça Vossa Alteza de mandar cá uns órgãos, porque segundo êste gentio é amigo de novidades, muito mais se há de mover por ver dar um relógio e tanger órgãos que por pregações nem admoestações" (26).

Embora se desconheça a documentação *direta*, é certo que El-Rei atendeu à súplica de D. Pedro Fernandes Sardinha, pois do contrário não se entenderia a criação do cargo de organista, na mesma Sé da Bahia, e por ordem sua, em 1559.

O que tocariam êsses organistas das igrejas e capelas da Bahia colonial? É impossível responder, à base de documentos. Houve quem se aventurasse a dizer que conheciam até um Gerolamo Frescobaldi (1583-1643), o esplêndido organista de S. Pedro, em Roma (27). Excesso de boa-vontade, talvez. Nenhuma obra do repertório dêsses artistas luso-brasileiros se conserva. Nem de sua autoria, nem da lavra de organistas estrangeiros aqui executados. O que tem vindo até nós, pertencendo aos fins da fase colonial, são uns *baixos cifrados* — o que revela conhecimento de técnicas européias — ou realizados sem qualquer vôo de escritura contrapontística, e, mesmo harmônicamente, bastante rudimentares.

Mas, seguramente, não foi êsse o único papel dos nossos organistas: realizar, no ato da execução, o baixo cifrado, mesmo porque essa prática não era conhecida, entre nós, nem mesmo nos primeiros decênios do século XVII. O forte de nossos artistas devia ser a *improvisação*, à base ou não das melodias gregorianas. Improvisação-paráfrase que tinha lugar nos quadros litúrgicos da missa e do ofício divino. As formas cultivadas — improvisadas ou escritas por êles (organista era uma espécie de *sinônimo* de compositor nessa época e, em séculos anteriores, foi *nome* — organista era o compositor de *organa*, isto é, de polifonia), além, é claro, de uma ou outra página vinda principalmente do reino — as formas cultivadas eram Prelúdios, Interlúdios — que deviam alternar com o Gregoriano ou com a Polifonia — Postcúdios, sem falar nas entradas e saídas das procissões, dos atos litúrgicos, nos versetos parafraseados das melodias gregorianas, no acanhamento dos cânticos e, só mais tarde, na realização do baixo cifrado quando as obras corais ou coral-instrumentais o exigiram.

## ORGANISTAS NO MOSTEIRO DE S. BENTO

Já entrado o último quartel do século XVI, os beneditinos se instalaram, com o seu mosteiro, na "ilustre terra" da Bahia, como a chamou Gabriel Soares (28). Segundo Pedro Calmon, havia três

monges em 1584 no mosteiro baiano, enquanto que à época em que o cronista escrevia o *Tratado descritivo do Brasil* já havia vinte religiosos, vivendo "santa e honesta vida, dando de si grande exemplo, e estão benquistos e mui recebidos do povo" (29). Era, o dos padres beneditinos, um dos "três mosteiros de religiosos" do tempo de Gabriel Soares que, além do "mosteiro de capuchinhos de Santo Antônio, que há pouco tempo se começou de esmolas do povo", incluía naquela denominação, ao que parece, o colégio dos padres da Companhia que agasalhava os seus oitenta religiosos (30).

No que tange ao desenvolvimento musical da Bahia, os beneditinos tiveram um grande papel, desde o Canto Gregoriano até a música instrumental, que foi cultivada ampla e generosamente: da "xaramelinha" ao nobre e litúrgico órgão.

Na primeira metade do século XVII, viveu no Mosteiro da Bahia Frei Antônio de São Paulo, onde estudou e professou, sendo natural do Rio de Janeiro. "No tempo de estudante aplicou-se com grande desvelo à música e a vários instrumentos principalmente à harpa, que tocava com destreza. Com estas prendas serviu sempre à religião, principalmente ao Mosteiro da Baía, no qual fêz a sua maior assistência. Já em idade avançada, veio a falecer a 6 de setembro de 1652" (31).

O *Livro Velho do Tombo* da Bahia informa que o referido religioso harpista, através de sua assinatura em alguns documentos, esteve efetivamente em Salvador em 1619-1620 e em agosto de 1650, quando, como testemunha de "um público instrumento de venda, quitação e obrigação", assina em primeiro lugar, talvez por ser o mais idoso entre os seus confrades presentes (32).

Outro harpista foi o português de Lisboa, Frei Manoel da Encarnação, que professou no Mosteiro de S. Bento da Bahia, onde viveu durante muitos anos, servindo "principalmente no altar e cântico, por ser bom músico e tocar harpa com muita destreza". Com 84 anos de idade, faleceu na então vila de Camamu em 19 de março de 1753 (33). Já o Frei Manoel da Luz, outro português que professou na Bahia, "tocava baixão", instrumento que pertencia à família das charamelas. Faleceu em 28 de junho de 1743, com 87 anos (34). Aliás o texto do *Dietário*, do Mosteiro do Rio, onde faleceu Frei Manoel da Luz, fornece outros dados biográficos a seu respeito: foi Prior do Mosteiro da Graça (Salvador), trabalhou "na Casa da Bahia", foi "Procurador Geral da Congregação", e morreu "louco". O cronista, porém, não esqueceu de dizer dêle que "tinha suficiente notícia da música, e tocava perfeitamente baixão" (35). Natural da Bahia é o ilustre beneditino Frei Dionísio de São José, compositor, "bom gramático e excelente músico e uma das melhores vozes que teve aquêlê Mosteiro" (36), de quem, em julho de 1947, foram ouvidas duas obras suas, num concerto organizado pelo mestre Pedro Jatobá: *O cor amoris victima* e *O esca*



*viatorum* (37). Foi "Procurador Geral da Província da Religião Beneditina (1707) e Abade da Bahia (1712) (38). Com 57 anos de idade, faleceu na Bahia em 26 de agosto de 1731. De um tal Frei Félix, natural do Rio de Janeiro, sabe-se que foi "músico e instrumentista", devendo ter falecido entre 1700 e 1715. Regressando da Europa à Bahia "trouxe muita solfa para o Mosteiro da Baía, todo em letra redonda como então se usava em Lisboa" (39). Do beneditino Frei João de Santa Maria, nascido na Bahia e que professou no mosteiro da mesma cidade, sabe-se que gozou no ambiente de Salvador de muita consideração, "porque era o músico mais dextro daqueles tempos, no tocar e cantar principalmente no órgão". "Floresceu na segunda metade do século XVII, morrendo em 1699 (40).

Outras figuras de monges que se distinguiram como músicos no Mosteiro de S. Sebastião da Bahia poderiam ser citadas, não fossem outras as intenções deste trabalho. Muita razão tinha Pedro Jatobá ao dizer que na Bahia houve grande número de beneditinos "que se distinguiram como cantores, organistas e outros instrumentos além de compositores de valor". E chegou a chamá-los "lídimos representantes da arte musical baiana" (41).

Em relação aos monges organistas que viveram em Salvador durante o século XVII e parte do XVIII — sem importar que tenham permanecido pouco ou muito tempo — coligimos alguns dados que aqui vão em ordem cronológica, no que respeita às datas de falecimento.

1 — Frei Plácido Barboza (f. no Rio de Janeiro, c.1639) — Era natural de Pernambuco, havendo professado no Mosteiro da Bahia. "Tinha excelente voz de contralto e cantava com gala o canto de Órgão, e o *tangia perfeitamente*" ( o grifo não é original do *Dietário*, do Rio).

2 — Frei Plácido da Cruz (f. na Bahia (?) em dezembro de 1642) — Outro beneditino músico nascido em Pernambuco que professou na Bahia. "Tocava o órgão com destreza e na música era perfeito. Todo o seu cuidado se encaminhava para que as funções do côro e da igreja se fizessem com tôda a decência e perfeição".

Há um outro religioso beneditino, de igual nome, natural do Rio de Janeiro onde faleceu em 1661. Era também músico "e sabia tanger baixão". Não nos consta ter êle vivido na Bahia, apesar de registrar a crônica que o referido monge andou pelos *Mosteiros principais*.

3 — Frei Plácido das Chagas (f. no Rio de Janeiro em 25 de fevereiro de 1666) — Irmão corista, nascido em S. Paulo. Fêz a profissão no Mosteiro da Bahia em data ignorada. Chegou a cursar Filosofia no "colégio" do Rio, preparando-se para o sacerdócio. Deixou fama de "boa voz e no Côro acompanhava no Órgão os divinos ofícios".

Iza Queiroz Santos consigna 1626 como sendo o ano de falecimento do organista, o que não parece correto. O "mal das bexigas" de que morreu Frei Plácido, o corista, atingiu também, e mortalmente, um seu colega de Filosofia e de música, Frei Domingos do Rozário que faleceu em março de 1666.

4 — Frei Antônio de Santa Maria (f. no Rio de Janeiro aos 26 de fevereiro de 1686) — Nasceu e professou na Bahia, não chegando ao sacerdócio. Chegou ao Rio de Janeiro como irmão corista, provavelmente para estudar Filosofia e Teologia. Quanto à Filosofia, estudava o segundo ano do curso "quando foi Deus servido chamá-lo para si". O *Dietário*, do Rio, anota: *Era músico, organista, e tocava Arpa.*

5 — Frei Marcos do Destêrro (f. no Rio de Janeiro em 5 de fevereiro de 1686) — Nasceu na Bahia, provavelmente nos inícios de 1600, "de Paes nobres, e autorizados". Entrou no mosteiro de sua cidade, onde professou. O *Dietário* do Mosteiro do Rio de Janeiro diz: *Este Monge era músico, e Organista.* E acrescenta: "De Prior de Olinda passou a Presidente das Brotas [na Bahia]: fêz aquêlê Mosteiro quase todo com esmolas adquiridas pela sua diligência, e pelo seu trabalho". No Rio de Janeiro, foi Mestre de Noviços do Mosteiro de S. Bento, durante a gestão do Abade Frei Leão de S. Bento (1663-1666). Na Bahia, como Abade do Mosteiro de S. Sebastião e já no fim do seu triênio, "deu princípio a Igreja nova" ... e fêz o hospício da Capela de Monserrate para residência dos Monges". Foi provincial dos beneditinos, estêve em Santos e, finalmente, veio a falecer no Rio de Janeiro.

6 — Frei Mathias de São Bento (f. na Bahia (?) em 23 de outubro de 1695) — Nasceu em Braga, em data ignorada. Vindo para o Brasil; professou no mosteiro beneditino da Bahia, onde parece ter falecido. "Era bom organista e melhor músico, empregou estas prendas nos Divinos Louvores, sabia que o côro era o emprêgo mais nobre de um religioso, êste foi o que escolheu, êste foi o que buscou. Foi muitos anos mestre de capela e cantor-mor."

Frei Mathias de São Bento assina, como uma das testemunhas, uma escritura de venda aos 24 de outubro de 1678, "nesta Cidade do Salvador" e "no Convento do Patriarca São Bento desta Cidade", segundo o *Livro Velho do Tombo* (p. 344-346).

José Mazza — falecido em 1797 — dá notícia de um músico da Bahia, de nome Frei Mathias que, segundo o referido autor, era religioso carmelita, por nós ainda não identificado. Conhecemos um carmelita, Frei Mathias de S. Boaventura Diniz, que trabalhou no norte do Brasil entre 1718 e 1758, não constando, porém, que exercesse qualquer atividade musical. O tal citado Padre Mestre Frei Mathias, da Bahia, era "Compositor, e Mestre da Música, e faz horganos [sic],

e ótimo em tocar, com voz de tenor." O organista e organeiro — "faz órgãos" — talvez vivesse no tempo em que Mazza escrevia, ou seja, na segunda metade do século XVIII. Fica o problema a ser estudado e elucidado.

7 — Frei João de Santa Maria (f. na Bahia (?) em fins de 1699) Sobre este afamado músico baiano já nos ocupamos acima.

8 — Frei Francisco da Gama (f. na Bahia entre 1700-1715) — Nasceu na Bahia, onde deve ter ingressado no Mosteiro de S. Bento, estudando e professando. É possível que tenha se ordenado na mesma cidade. Sabe-se que foi "músico e organista do referido Mosteiro" e que exerceu durante muitos anos o encargo de mestre de capela e cantor. "Deixou também no século um seu irmão secular que também era músico e organista". Se por *secular* se entende o leigo, não padre secular, então é provável que o irmão do Frei Francisco fôsse um organista da Santa Casa, atuante em fins do século XVII, de nome Antônio da Gama(?).

9 — Frei João do Sacramento (f. na Bahia(?) em 2 de abril de 1720) — Padre pregador, português nascido no Pôrto. Professou no Mosteiro da Bahia. "Pelas prendas de que era dotado foi admitido no Mosteiro, sendo reconhecido como um dos melhores músicos e organistas daquele tempo... A sua assistência no côro foi contínua e vigilante em satisfazer a tôdas as suas obrigações".

10 — Frei Boaventura de Santa Quitéria (f. na Bahia em 28 de dezembro de 1721) — Nasceu na Bahia em data ignorada. "Assistiu dois anos no Mosteiro da Baía no estado de secular, para suprir a falta de organista e depois de professo continuou no mesmo exercício, seguindo a comunidade em todos os seus atos." Ao ingressar o organista no Mosteiro, recebeu o nome de Frei Valentim de São Bernardo, que êle mudou depois para Frei Boaventura de Santa Quitéria.

11 — Frei Francisco de Santa Luzia (f. na Bahia em 3 de outubro de 1758) — Baiano de nascimento, este sacerdote e organista ingressou no Mosteiro da Bahia, onde professou, sendo admitido ao mesmo cenóbio em razão das "prendas que tinha de organista e músico e pela perfeição de seus costumes". Estêve em vários mosteiros, mas "no da Baía, onde foi maior a sua assistência, serviu muitos anos de cantor-mor e mestre de capela, procurando com diligência que tôdas as funções do côro e igreja se fizessem com tôda a perfeição, decência, gravidade e para ter os melhores músicos sempre prontos para quando dêles necessitava. Fazia com êles algumas despêsas à custa do seu pecúlio".

12 — Frei Alberto da Conceição (f. no Rio em 11 de fevereiro de 1767) — Veio do Rio de Janeiro, onde nascera, para o Mosteiro da Bahia, onde fêz sua profissão religiosa, vestindo a cógula em 1733. Este monge e músico, durante "trinta e quatro anos que serviu na Re-

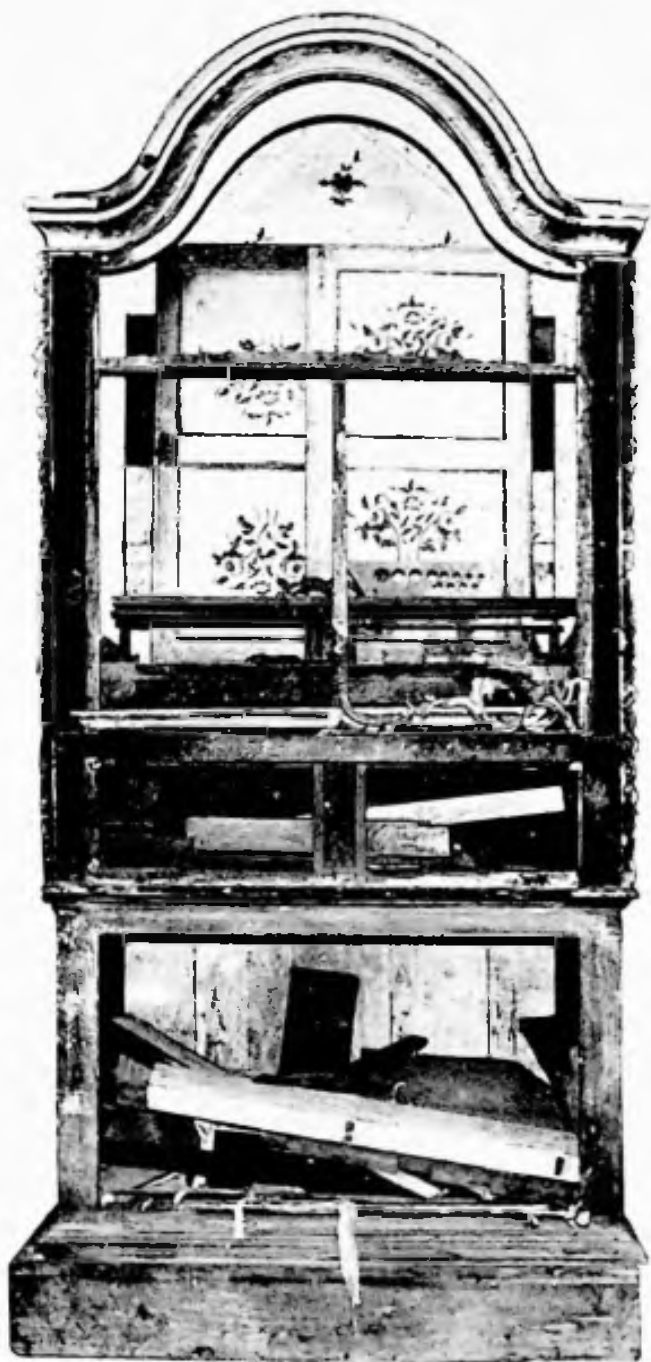
ligião todos os empregou no serviço do Côro — diz o *Dietário*, do Mosteiro do Rio — e os mais dêles nesta Casa [do Rio], porque não teve ocupação alguma, que dêle oizentasse [sic]. Foi muitos anos mestre da Capela, e Cantor-mor desempenhando as prendas que Deus lhe deu neste louvável exercício. Era bom organista, bom músico, e tinha excelente voz de contralto. O seu gênio era brando, e muito sincero; nunca ofendeu a Monge algum, porque a sua língua era inocente e o seu coração era limpo. Muitos anos padeceu a moléstia de erizipela até que por último uma apoplexia o privou da vida depois de Sacramentado. Foi a sua morte pelas quatro horas da tarde de 11 de Fevereiro de 1767, sendo D. Abade o N. Pe. Fr. Francisco de S. José”.

13 — Frei Francisco do Nascimento (f. no Rio de Janeiro, aos 4 de outubro de 1768) — Nasceu no Rio de Janeiro e fez sua profissão religiosa no Mosteiro de S. Bento, de sua terra natal, “aonde tomou o hábito em 7 de Setembro de 1719, e se chamava Fr. Francisco da Natividade.” Iza Queiroz Santos diz que êle “nasceu na Baía”, o que, salvo engano, não parece certo. O *Dietário*, do Mosteiro do Rio de Janeiro é explícito: “nascido nesta Cidade, e professo neste Mosteiro.”

Prossegue a nossa fonte: “Era religioso amigo da paz, muito calado, e observante da pobreza. No Mosteiro da Bahia se ordenou de Sacerdote, e depois foi ao Reino. A sua maior assistência foi nesta Casa [do Rio], aonde o fizeram Subprior, e duas vezes Prior. . .” Isto é, em 1747 e c. 1754. “Frequentou o Côro com diligência, e nêle supria a falta dos Organistas, e Cantores.”

14 — Frei José de Jesus Maria S. Paio (1721-1810) — Português da freguesia de São Lourenço de Asmes. Entrou cedo no Colégio dos Orfãos da Cidade do Pôrto, onde estudou gramática, música, órgão e canto gregoriano. Aperfeiçoou os seus estudos musicais na ordem dos cruzios, onde fez sua primeira profissão religiosa. Em data ignorada, tornou-se beneditino. No Brasil, ao que parece, consumiu “mais de 40 anos no contínuo exercício do órgão, compondo várias missas para uso do côro e instruindo os monges moços no cantochão. Fundou uma *escola pública de música e de órgão*, [os grifos são nossos] donde saíram *muitos discípulos perfeitos*, em uma e outra coisa *vindo por seu conhecimento a ser oráculo dos músicos da Baía* que sendo então pouco peritos nesta arte, o *vinham consultar como a mestre*, pagando-lhe êste ensino o virem gratuitamente cantar e tocar nas festividades do Mosteiro quando êle convidava. Se os instrua com suas lições, não menos os edificava com suas virtudes. *Instruiu por determinações de prelados, com lições de música de órgão* [música e órgão], a *diversas religiosas*, com grande aproveitamento.” Faleceu com 89 anos e seis meses, em 23 de agosto de 1810” (42).

O presente elenco está longe de ser completo; é apenas um modesto começo, que poderá ser enriquecido com futuras pesquisas.



UNIVERSITAS

Caixa de órgão do Século XVIII, existente na Igreja do Passo, em Salvador.

Nêle, foram esquecidas outras figuras de beneditinos que passaram pela Bahia, como Manoel do Nascimento Pinhão — *Músico e Organista*, falecido em 1777; como Antônio de S. Catharina — *era Músico e tocava rebecka e órgão*, falecido em 1793, com mais de 80 anos; como Pedro de S. José — *era Músico e organista*, falecido em 1795, tendo sido abade do Mosteiro de Nossa Senhora das Brotas em 1752 até, provavelmente, 1755.

Quando algum dia fôr escrita a vida musical do Mosteiro de S. Bento da Bahia, ver-se-á quão bela e importante foi a página que os seus monges inscreveram não só na história musical da Bahia, senão na História da Música no Brasil.

### MOÇOS DE CÔRO E ORGANISTAS

Os moços de côro da S. Casa, além do serviço do culto divino, eram obrigados a estudar a língua latina, com um mestre especialista contratado para lhes ensinar. O latim chegou a ser atrativo para alguns candidatos, que não tinham outros meios para estudar. É o caso, por exemplo, do jovem Joaquim José de S. Ana que foi admitido como "supranumerário" (sem ônus para a S. Casa), porque só queria servir "para aprender Latim pois nesta S. Casa se ensina aos moços do Côro", como reza o termo de sua admissão, datado de 15 de novembro de 1765 (43). Essa circunstância talvez explique a presença de um bom número de clérigos *in minoribus* entre os moços de côro que passaram pela Misericórdia, nos tempos coloniais. Para ilustrar, citaríamos o caso de Vicente Luiz [de Faria], que se tornou môço de côro, sendo "clérigo *in minoribus*", em novembro de 1757, depois em outubro de 1760, era "Capelão [cantor] desta Santa Casa" (44); ou ainda o caso de Anselmo da Silva, admitido em agosto de 1768 (45). Muitos outros, porém, saíram da Misericórdia da Bahia vocacionados para o sacerdócio ou para a vida religiosa. Assim João da Silva que, nos fins dos seiscentos, "saiu para recolher se Religioso de S. Francisco desta Cidade", assim Nazário Pereira Teles que, em 1730, dá conhecimento à Santa Casa de que "pretende prover-se a ordens"; assim Pedro Ribeiro de Lima que, em agosto de 1734 "saiu para ir tomar o hábito do Patriarca S. Francisco"; assim Alexandre Francisco Ribeiro, admitido môço de côro em dezembro de 1749, já era "clérigo *in minoribus*" em 1754.

Outros se destacaram, no tempo que serviram à Misericórdia, como organistas. Assim um *Manuel de tal*, que em fins de 1675, aparece "como môço do Côro, e *mestre do Órgão*" (o grifo não é original), recebendo em "o último de Janeiro de 676 que o despediram" a quantia de 8\$100, correspondente a um pouco mais de um quartel, razão por que falamos em 1675 (46). Esse Manoel, jovem organista,

acreditamos tratar-se de Manoel da Fonseca — não obstante apareçam, por essa época, outros homônimos de sobrenome Pacheco (1672) e da Veiga (1672) — que em dezembro de 1672 já lhe era pago um quartel do ordenado de môço de côro (47). O que nos parece, a bem da verdade, é que o môço organista, Manoel, não era mais em 1674-1676 *de fato* um “môço do Côro” da Santa Casa. Havia sido, isto sim, e depois continuado na condição, apenas, de organista, de “mestre do Orgão”. Tal conjectura se baseia no seguinte: o número daqueles môços na Misericórdia estava completo em 1674 — eram ainda sòmente três jovens — e não aparece mais nenhum daqueles Manoel referidos, e êsses três jovens eram José da Silva, Pedro da Silva e Pantaleão Lopes.

Manoel da Fonseca, que deve ser o mesmo organista, já andava metido com música, desde pelos menos 1674, época em que a Santa Casa “despendeu trezentos e vinte [réis], que deu ao môço do côro Manoel da Fonseca para cordas de viola a noite de natal” (48).

Moços de côro do século XVII, que foram também organistas da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, podem ser citados Estêvão Moreira (1687-8) e Lourenço de Souza Alvares, ou Alves (1694-6). Sôbre êles, logo mais, daremos uma palavra colhida em velhos papéis empeirados.

Antônio da Gama (?) — já por nós lembrado, como provável irmão do organista beneditino, Frei Francisco da Gama — surge do riquíssimo arquivo da Misericórdia como organista, atuando no período que vai de 1676 a 1678. O sobrenome do artista necessita melhor estudo. O *Gama*, no manuscrito compulsado, existe mas é ou parece duvidoso. O amanuense andou complicando tudo ao registrar, segundo nos pareceu da leitura, três variantes: *Gaia* (que se encontra na Bahia), *Gravia* (?) e *Gama*. Uma verdade fica de pé: trata-se de uma única pessoa.

O texto da *Despesa* de 1675-1676 pode levar-nos a êrro, no que se refere à data do início das atividades do organista da Santa Casa. Lembrando que o ano estatutário da Irmandade da Misericórdia vai de julho a julho, entendemos que o 30 de junho pertence a 1676, não obstante o texto falar em 6 de agôsto (o que poderia levar à data 1675). Salvo melhor juízo, passamos a reproduzir as notas que conseguimos sôbre o organista:

*Ano 1675-1676* — “Em 30 de junho despendeu o dito Tesoureiro Estêvão Gomes de Escovar, [sic] oito mil rs., que deu a Antonio da Gaia, que tocou órgão no Côro, do primeiro quartel vencido em 6 de agôsto”.

*Ano 1676-1677* — “Em dito dia [11 de junho de... 1677] despendeu dezasseis mil rs., que deu ao Antonio da Gavia Organista de dous quartéis que se acabaram em seis de Maio”.

Ano 1677-1678 — “Em dito dia [28 de fev. de 1678] despendeu oito mil réis do 3.º quartel de Antonio da Gama Organista que venceu em 6 do dito mês”.

— “Em dito dia [23 de abril de 1678] despendeu cinco mil, e seiscentos rs., que deu a Antonio da Gavia do 4.º quartel por a mesa lhe mandar dar baixa em 12 do dito por não assistir a sua obrigação” (49).

A instituição dos *Moços do Côro* da S. Casa de Misericórdia da Bahia, aqui modestamente acenada, está a merecer uma monografia. Por enquanto é assunto praticamente virgem o referente a moços de côro, seja na Bahia, seja em outras áreas brasileiras dos tempos coloniais; seja em relação às Santas Casas, seja no que diz respeito às catedrais ou às colegiadas.

Os manuscritos baianos dão como sinônimos de “Môço do Côro”, as seguintes expressões: *Menino de Côro*, *Rapazes do Côro* (entrava jovem até de 17 anos), *Menino do Côro*, e *Capela, Moço da Capela*, etc. Não eram apenas o que chamamos acólito, mas estudavam latim e, certamente, música para melhor desempenharem suas atribuições junto ao côro dos capelães cantores, nos sagrados ofícios, onde *diriam* (isto é, cantavam) *Versos e responsórios*. No século XVII, vestiam-se de “saraфина azul” que a Santa Casa lhes dava, porque todos eram pobres. Eram apenas três moços, em grande parte dos tempos coloniais, que serviam à Misericórdia — durante um ano, dois, ou três — depois passou a quatro jovens, como de há muito já existia na Sé. Exigia-se que fôsem “limpos de raça, pobres, e que por via mostram criação, e esperanças de melhorarem no serviço”. O *Directório para tudo o que Pertence ao culto divino nesta Santa Casa...* prescreve que os moços “quando estiverem no Côro, dirão os Versos de todas as Horas, e responsórios.” E “Ajudarão as Missas com suas sobrepelezes”, acrescenta o mesmo documento de 1717, entre outras obrigações. Em compensação — ou recompensa — além da roupa, da instrução principalmente da gramática latina, tinham lá o seu salário que não era tão miserável assim, porquanto um organista ganhava tanto, ou um pouco mais, que cada um dêles.

A música que deviam estudar, e *habitualmente* cantar, era o Canto Gregoriano, pois isso é o que faziam os clérigos capelães do côro, sob a orientação do *Mestre do Côro*, ou do mestre de capela. Tanto na Misericórdia, como na Sé da Bahia. Sendo assim, temos por remerária, e sem apoio histórico, a afirmação do musicólogo Régis Duprat, quando sugere que a “razoável e ativa capela de música” da Sé, no século XVI, era “composta de um Mestre de Capela, um organista e quatro moços do côro”, como se os moços referidos além de cantores, chamemos “especialistas” ou profissionais, fôsem também os únicos da “capela” (50).



Não se infira, contudo, que a única atribuição do *Mestre da Capela* era aquela que ficou dita acima. O da Santa Casa muita outra coisa devia fazer e providenciar, inclusive escolher os "Músicos, e tangedores que são necessários para se cantar nas Vespoas [sic] e Missas Solenes;" . . . . "Será obrigado a fazer uma pauta antes da Semana Santa daquêles que houverem de cantar as Paixões, Lamentações (que estas sempre se darão aos melhores Cantores), bênção do Círio, e as mais cousas pertencentes à dita Semana Santa;" . . . . "Será obrigado a assistir a todos os exames dos que se opuzerem as Capelas vagas desta Santa Casa." . . . . "Será obrigado a fazer Exercício do Canto-chão com os Capelães tôdas as semanas [sic] em algum dia feriado — [isto é, que não seja domingo ou dia santificado]: ensinando-lhes a cantar tudo o que pertence ao Altar, e todos os modos de Salmear, por que tudo se faça com perfeição, e não dêem escândalo aos ouvintes, causando-lhes nisso riso" (51). Quão diferentes eram os velhos e bons tempos, em que se levava a sério a música sagrada! Hoje pululam "apóstolos" velhos e novos, que nem se lembram que o *escândalo*, não é apenas uma palavra que os dicionários conservam por generosidade, mas que *ainda acontece* nos novísimos dias de hoje dentro dos nossos templos, em nome — que lástima! que desfôro! — do sagrado Concílio Vaticano II.

#### NICOLAU DE MIRANDA E OUTROS ORGANISTAS DA MISERICÓRDIA

Pouco tempo depois de iniciadas as obras da nova Igreja da Misericórdia (1654), nascia, provavelmente na Bahia, Nicolau de Miranda em c. 1661. Não sabemos se houve relação de parentesco entre Nicolau e aquêl mestre carpinteiro João de Miranda Ribeiro, que também trabalhou para a Santa Casa. Pelo que nos foi dado saber, não deve tratar-se nem de irmão nem de filho. Admitido o parentesco, êsse seria muito remoto.

A Santa Casa, quando chamava músicos para o seu serviço, escolhia entre os mais peritos que havia na cidade. O *Mestre do Côro* havia de ser, pelos seus estatutos, "destro no Canto, e de tal ciência nas matérias pertencentes à Música que se possa fiar dêle o govêrno da Estante, e a ordem das cousas que se houverem de cantar." Os capelães cantores só eram admitidos depois de exame. No contrato do Pe. Antônio de Almeida Jordão, datado de 1749, lê-se uma exigência relativa aos "músicos" (cantores e instrumentistas) que deversem atuar sob a sua direção: "que serão sempre os mais peritos" (52). Em papéis de 1744, fala-se de "muzicos de melhor nota", ou "da boa muzica", ou ainda que o Mestre "este anno convocou a melhor muzica desta Cidade". Em documento de 1745 vemos as seguintes passagens, eloquentes por si mesmas: "além de serem os muzicos escolhidos por se-

rem dos milhores”; música “cuja se não podia fazer melhor”; e os músicos “por serem dos milhores”. Estamos, pois, convencidos de que na Santa Casa não havia lugar para aprendizes — a não ser talvez em relação aos moços de côro — ou para mediocres artistas. E é, pelo visto, que *imaginamos* ter sido Nicolau de Miranda um bom organista, já desde bastante jovem. De fato, quando êle é admitido na qualidade de organista titular — e é a notícia mais antiga que conseguimos, na Santa Casa, de um organista titular — está com cêrca de 23 anos, o que acontece precisamente em 13 de julho (ou junho) de 1684. Nicolau devia ser, ao que tudo indica, um nome já bastante conhecido. Os louvores aos seus dotes e a sua eficiência já teriam chegado aos ouvidos dos irmãos da Misericórdia.

O organista entra na Misericórdia com um ordenado anual de vinte mil réis, que lhe serão pagos parceladamente, por trimestres, ou aos quartéis, como se dizia antigamente. Era de sua obrigação tocar em tôdas as Missas Cantadas e nos domingos e nos dias santificados. No caso que não lhe fôsse possível atender às suas obrigações, tinha de conseguir — e pagar do seu bôlso — um substituto.

Leiamos o documento lavrado na ocasião em que se contratava o nosso jovem artista:

Aos treze dias do mês de Julho (?) de mil seiscentos e oitenta e quatro anos nesta Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos na casa de despacho da Santa Misericórdia, apareceu Nicoláo de Miranda, e me foi apresentada uma sua petição para assento, em que o Provedor, e mais Irmãos Conselheiros dela o admitiu para organista desta Santa Casa da Misericórdia, para assistir nela tôdas as vêzes que houver na dita Casa Missas Cantadas, para o que lhe despachou a Mesa em compensação dar-lhe de seu ordenado vinte mil réis por ano, pago aos quartéis, e mais se obriga o dito Nicoláo de Miranda tanger aos Domingos e dias Santos maiores o dito Órgão, e sendo caso que falte às suas obrigações pagar-se a quem tanger por êle nesta falta, e de uma e outra obrigação fiz eu Bartolomeu Nabo Corrêa, Escrivão desta Casa da Santa Misericórdia êste têrmo em que o sobredito dia acima, mês, e era, e comigo assinou

Bartholomeu Nabo Corrêa

Nicoláo de Miranda (53).

Que Nicolau assumiu efetivamente o cargo, prova-se pelo seguinte lançamento de despesa, de 13 de setembro de 1684:

“Em 13 dito despendeu cinco mil rs., com o primeiro quartel do organista Nicolau de Miranda vencido em dito dia — 5\$000” (54).

A acreditar na veracidade desta nota, o organista teria iniciado

o seu trabalho na Misericórdia, não em julho como faz crer o termo apógrafo de sua admissão, mas a 13 de junho, porque o primeiro ordenado trimestral foi "vencido em dito dia", isto é: no dia 13 de setembro.

No tempo que Nicolau de Miranda se inicia como organista da Igreja da Misericórdia, é mestre de capela Antônio de Veloso de Vasconcelos, sacerdote, que havia sido precedido por Pascoal Durão de Carvalho (55). O Padre Pascoal, contudo, não foi o antecessor imediato. Entre um padre e outro, no cargo de mestre de capela da Misericórdia, houve um espaço em que andou dirigindo a música da Misericórdia um mestre que trabalhava na Sé do Salvador. Já o Padre Antônio de Veloso de Vasconcelos, com a "expulsão" do Padre Durão, é promovido ao cargo vago de Presidente do Côro dos Capelães, em 30 de junho de 1692. E nesta mesma data, entrava como capelão da Misericórdia, o padre licenciado Manoel Ribeiro Barros (e não Soares) que, precisamente quatro meses depois, ocupava o invejado cargo de mestre de capela da mesma Santa Casa, com o ordenado de sessenta mil réis por ano.

Em 1692 — ano das nomeações dos reverendos Veloso de Vasconcelos, e Ribeiro Barros — era Provedor da Irmandade da Santa Casa, Domingos Soares da Franca.

Voltemos ao nosso organista. Iniciado o seu trabalho em 1684, Nicolau de Miranda vai tocando o seu querido instrumento até julho de 1687, ano em que se ausenta para deixar o órgão nas mãos de um moço de côro, presumivelmente um seu aluno, na mesma Santa Casa.

Do *Livro de Despesa da Consignação da Casa* (1683-1700), transcrevemos os seguintes dados comprovantes:

a) 11 de março de 1685: "Em dito despendeu cinco mil rs., no terceiro quartel do organista Nicolau de Miranda" (fls. 17).

b) 13 de setembro de 1686: "Em 13 do dito mês de setembro despendeu cinco mil rs., que deu ao organista Nicolau de Miranda de seu primeiro quartel vencido em dito dia" (fls. 41v.).

c) 13 de março de 1687: "Em 13 do dito despendeu cinco mil rs. que deu ao Organista Nicolau de Miranda de seu 3.º quartel [vencido] dito dia" (fls. 45v.).

De julho de 1687 até 9 de maio de 1688, na vaga deixada por Nicolau de Miranda, o órgão da Igreja da Misericórdia da Bahia passa a cantar nas mãos do jovem Estêvão Moreira, um moço de côro, até "ser lançado fora da casa", por motivos inteiramente ignorados. Convocado ou não, Nicolau reassume o cargo de organista da Santa Casa. E tudo se comprova por êste texto esquecido:

"Em sete de Julho [de 1687] se deu baixa ao dito acima [Nicolau de Miranda] pela razão de tocar órgão Estêvão Moreira moço do Côro, e por ser lançado fora da casa, se tornou admitir a tocar o órgão

o dito Nicolao de Miranda pelo salário de vinte mil réis, conforme o termo acima por ano, que começou hoje nove de Maio de mil seiscentos e oitenta e oito, de que assinou comigo Escrivão João Alves Fontes, que este escrevi, e assinei, Bahia era ut supra de 1688.

João Alves Fontes  
Nicoláo de Miranda" (57).

A segunda fase de atividade do nosso organista começa, pois, em 9 de maio de 1688 e se termina em 1693, ou, mais provavelmente, em o segundo semestre de 1694.

O primeiro ordenado anual é pago com um atraso de dois meses: "Em dito [julho de 1689] despendeu vinte mil rs., que recebeu Nicolau de Miranda de seu ordenado de organista de côro vencido em 9 de maio [dêste ano] — 20\$000" (58).

Que Nicolau trabalha com certeza até 1693, pelo menos, atestam os seguintes lançamentos da *Despesa*:

a) 31 de maio de 1690: "Em d.d. vinte mil rs. que recebeu Nicoláo de Miranda de seu ordenado de organista do Côro dêste ano [1689 — 1690] vencido em nove do dito mês — 20\$000" (59).

b) Em julho de 1691: "Despendeu que recebeu o Organista Nicolau de Miranda de um ano [1690-1691] vencido em 9 de Maio do dito ano que foram vinte mil rs. — 20\$000" (60).

c) Em julho de 1692: "Despendeu mais dezasseis mil rs. que recebeu o Organista Nicolao de Miranda de seu ordenado digo vinte mil de seu ordenado vencido em 9 de Maio de 1692 — 20\$000 (61).

d) Em junho de 1693: "Despendeu vinte mil rs. que recebeu Nicolao de Miranda de seu ordenado [anual] de Organista dêste ano vencido em 9 de Maio — 20\$000" (62).

Parece, contudo, que o organista ainda continuou no seu ofício até maio ou junho do ano seguinte, ou seja 1694. Não temos elementos para resolver este pormenor. O que sabemos é que o sucessor já exerce a função de organista em junho de 1694, e assim mesmo por dedução, em razão de um *terceiro quartel* que o mesmo sucessor receberá em abril de 1695, quartel êsse que se venceu aos 11 de março do mesmo ano.

Lourenço de Souza Alves, já lembrado neste trabalho, foi admitido na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, como mção de côro, com o ordenado de 16\$000, provavelmente em julho de 1692, pouco depois daquela "expulsão" do Padre Pascoal Durão de Carvalho. Se antes dessa data, ignoramos e duvidamos. Eram seus colegas de ofício, desde 1692, os seguintes moços de côro: Manoel Leal, que deve ter entrado uns quinze dias depois de Lourenço, e Mathias da Silva Pereira, cujo cargo de "mosso do Coro" começou em 8 de setembro de 1692 (63).

Tudo indica que êsse môço de côro, Lourenço de Souza, estudara com Nicolau de Miranda. E estando apto a assumir o pôsto de organista da Santa Casa, Nicolau se afastaria da mesma forma como o fêz em relação àquele outro môço de côro, Estêvão Moreira, que andou "brilhando" durante 10 meses na sua alta função de organista da Misericórdia. Só que o Lourenço vai tocar por um tempo bem maior, de junho de 1694 até setembro de 1696, ou seja um pouco mais de dois anos.

Os elementos comprobatórios de que dispomos são êstes:

a) 1.º de abril de 1695: "Em dito nove mil réis que recebeu o moço do côro Lourenço de Souza de 3.º quartel de moço do côro e organista, vencido em 11 de Março [de 1695] — 9\$000" (64).

b) Em julho de 1696: "Despendeu trinta e quatro mil e cento e vinte [réis] que recebeu Lourenço de Souza Alz' de seu ordenado de mosso do Côro e tocar o organo vencido em 30 de abril digão em 11 de junho do presente — 34\$120" (65).

c) Em junho de 1697: "*Organista* — despendeu cinco mil rs. que recebeu Lourenço de Souza Alvez de um quartel de tocar o órgão vencido em 11 de setembro de 1696 — 5\$000" (66).

Muita coisa estava mudada, ou estava acontecendo nos últimos anos do seiscentos, lá pelo ano de 1696. Para Nicolau de Miranda e para os baianos de um modo geral. Gregório de Mattos e Guerra, o "satírico baiano", morria no Recife, em 1696, legando-nos além de "críticas" malhadas sôbre tudo e sôbre todos, jóias de lirismo e de poesia religiosa. Já há algum tempo, entre 1688-1692 provavelmente, tinha voltado a Pernambuco uma grande figura de músico, inclusive organista, nascido em S. Amaro de Jaboatão (Pernambuco), que foi mestre de capela na Sé da Bahia. Trata-se do Padre João de Lima, que o cronista setecentista chamou de "insigne músico de seu tempo, ou cantando, ou compondo." Não há possibilidade de se provar que Nicolau de Miranda tenha estudado com o sacerdote e músico pernambucano. Mas fica a evidência de o ter conhecido, pelo menos. Documentalmente sabe-se que o Padre João de Lima — tocava um mundo de instrumentos: órgão, pífaro, baixão, trombeta, viola, rebecão, teorba, harpa, etc. — foi "mestre de Catedral da Bahia, onde por largo tempo ensinou música assim prática como especulativa, saindo de sua escola tais discípulos, que assombraram como mestres a todo o Brasil". Fantástico, se tudo merecer fé. Infelizmente, Loreto Couto não apontou na sua obra (1757) nenhum nome dêsses extraordinários alunos do Padre João de Lima. Nem na Bahia, nem em Olinda onde proseguiu o seu labor. Em 1695 falecera Frei Mathias de S. Bento, "bom organista e melhor músico", de quem já nos ocupamos. Em... 1697, a igreja de Santa Teresa era consagrada e "aberta ao público em outubro" (67). O que significa, em têrmos de economia colonial, um

nôvo "mercado" para os músicos baianos. Valentin Calderón diz que "já em 1697 andavam os terésios [da Bahia] por algumas missões quebrando lanças em favor dos índios oprimidos pela insaciável ambição dos colonos", fato êsse que honra os exemplares carmelitas descalços da Bahia (68). A igreja do Colégio dos Jesuítas, a atual Catedral Basílica, estava mudando de aspecto, com o início em 1696 do fôrro apanelado, por sinal lindíssimo.

O século dos sermões de Vieira, do Padre Antônio Vieira que faleceu em 1693, recebeu um viajante, citado por Pedro Calmon, que informa em 1685 a respeito da religiosa Bahia daqueles tempos: "não vi lugar onde o Cristianismo se apresentasse mais pomposo do que nesta cidade, tanto pela riqueza e quantidade de igrejas, conventos e religiosos, como pela feição devota dos fidalgos" (69).

O bispo, ou melhor, o arcebispo da Bahia D. João Franco de Oliveira, sucessor de D. Frei Manuel da Ressurreição, exerceu o encargo pastoral nos últimos anos do seiscentos, retirando-se para Lisboa, em agosto de 1700.

No govêrno civil, os destinos da Bahia foram entregues em... 1694 a D. João de Lencastro (ou *d'Alencastre*, como prefere o jovem pesquisador, jovem e ilustre, Fernando da Rocha Peres), "em cuja administração se fêz guerra contra o quilombo dos Palmares", além de mandar "guerrear os índios rodela" (70). Em 1702, o govêrno estaria sob as rédeas de D. Rodrigo da Costa.

Pinceladas, não um quadro completo, nem mesmo um esbôço. Pinceladas sem muita côr, apenas para situar um período da extensa atividade do organista Nicolau de Miranda, que volta, pela terceira vez, ao serviço dos ofícios divinos da Igreja da Misericórdia da Bahia, o que se concretiza em outubro de 1696.

Ausentando-se Lourenço de Souza Alves, o môço de côro que tinha virado organista da Misericórdia, volta novamente Nicolau de Miranda a tocar órgão, já bem mais maduro nos seus trinta e cinco anos de idade e cêrca de doze anos de profissão. Mais de doze anos, provàvelmente. Como sustentamos, Nicolau não começou, certamente, a sua profissão de organista na Santa Casa. Com certeza andou êle antes, como durante, por outras igrejas ou capelas, mostrando suas habilidades. Isso deve ser tão verdade na Bahia, como na França do século XVII, onde os organistas não podiam viver sòmente de um emprêgo, porque se pagava mal, ou ao menos insuficientemente para que um músico pudesse sustentar-se. Quem nos diz isso, e prova, é êsse ilustre musicólogo, Norbert Dufourcq, em lúcido ensaio de 1955 (71).

Não consta haver registro do dia da volta de Nicolau de Miranda. Mas, nem por isso ficamos sem saber qual a data, pois um assen-

tamento de despesa parece bastante para elucidar o caso, ao anotar um pagamento feito ao organista em junho de 1697. Por essa anotação, pode-se inferir a data de 21 de outubro de 1696, como a do reinício das atividades, na Santa Casa, de Nicolau de Miranda. Assim vejamos o teor do pagamento feito em junho de 1697: "Despendeu quinze mil réis que recebeu Nicolau de Miranda de seu ordenado de Organista do Côro de nove meses vencido em 21 de Julho próximo [1697] — 15\$000" (72).

Por essa época, o mestre de capela da Santa Casa era o Padre Manoel Ribeiro Barros, já lembrado neste trabalho. Foi contratado em 30 de outubro de 1692 e continuou dirigindo a parte musical da Misericórdia até 22 de janeiro de 1702, data em que os irmãos o expulsaram. Os irmãos não brincaram não... de uma só vez, expulsaram logo dois padres: o mestre de capela e o cura do Hospital e Agonia, Padre João Vieira do Valle. O Ribeiro Barros parece que era figura meio difícil, de língua solta, de onde saltavam palavras "menos decentes", além de deixar fama de desobediente, principalmente em relação ao Presidente do Côro. O mesmo se diga do Vieira do Valle (73). Ambos, para os Irmãos da Misericórdia, eram "merecedores de exemplar castigo" e, por isso, foram "expulsos e privados dos officios que até agora serviam" (74).

Nicolau de Miranda, ao que parece um solteirão convicto e inarredável, voltou à Santa Casa em 1696 — sua terceira fase — e dessa feita veio para valer. Nada de trabalhar apenas poucos anos. Está agora disposto a enfrentar um período bem mais longo que os anteriores, qual seja: quase doze longos anos de serviço. Irá tocando o seu instrumento — que é o seu ganha-pão e o seu prazer — até 1708. Precisamente: até 21 de março de 1708. Passará afastado por pouco tempo, tendo de retornar, como veremos, ainda no mesmo ano.

O ordenado anual de organista não sofreu ainda aumento. Continua sendo a mesma importância: vinte mil réis. Pobres vinte mil réis, que a Santa Casa andou deixando de lado o velho costume de pagá-los "aos quartéis" para entregá-los inteirinhos de uma só vez ao humilde organista. É o que parece.

Passemos aos elementos comprobatórios referentes à terceira fase de Nicolau de Miranda, como organista da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

1) Em junho de 1698: "despendeu vinte mil rs. que recebeu o organista da Casa Niculau de Miranda de seu ordenado dêste ano vencido em 21 de Julho próximo [futuro] — 20\$000" (75).

2) Em junho de 1699: "Despendeu vinte mil rs. que recebeu Niculau de Miranda de seu ordenado, dêste ano de tocar o órgão vencido em 21 de Julho do presente — 20\$000" (76).

3) Em 1700: "Despendeu [o tesoureiro Inácio Alvares] mais

vinte mil rs. que deu a Nicolau de Miranda Organista de seu ordenado vencido em 21 de julho de 1700"... (77).

4) "Em último de Julho de 1701 Despendeu mais o Ir. Tesoureiro o Cap. Miguel Carvalho Mascarenhas vinte mil rs. a Nicolao de Miranda de seu ordenado de Horganista vencido em 21 de Julho de 1701 — 20\$000" (78).

5) "Em dito [último de julho de 1702] Despendeu vinte mil rs. a Nicolao de Miranda organista de seu ordenado como consta da fôlha" (79).

6) Em julho de 1703, "despendeu mais vinte mil rs. que recebeu nicolao de miranda, de seu ordenado de tocar o orgo no côro — 20\$000" (80).

7) Em julho de 1704: "Despendeu mais vinte mil rs. que recebeu nicolau de miranda de seu ordenado de tocar órgão — 20\$000" (81).

8) Em 31 de julho de 1705, o tesoureiro Manoel Barboza Teixeira pagou "vinte mil rs. que recebeu Nicolao de Miranda Organista de seu ordenado vencido em 21 de Julho dêste presente ano — 20\$000" (82).

9) Em 1706: "Despendeu mais vinte mil rs. que recebeu Nicolau de Miranda de seu ordenado de organista — 20\$000" (83).

10) "Despendeu mais vinte mil rs. que recebeu Nicolao de Miranda de seu ordenado de organista vencido em 21 de Julho de 1707 — 20\$000" (84).

11) Em 12 de julho de 1708: "despendeu treze mil e trezentos e trinta rs. que recebeu Nicolau de miranda de seu Ordenado de Organista de oito meses vencido em 21 de março dia em que se despediu — 13\$330" (85).

O nôvo afastamento do organista está aí bem claro. Despediu-se do órgão da Misericórdia no dia 21 de março de 1708. Será, entretanto, por alguns meses apenas. Mostraremos que Nicolau de Miranda vai retornar em outubro do mesmo ano ou seja, 1708.

De março até outubro de 1708, ignoramos quem tenha sido o substituto do nosso organista. Talvez, como das vêzes precedentes, um desconhecido môço de côro, que não encontramos nos papéis compulsados.

Nesse tempo, ocupa o lugar de mestre de capela da Santa Casa, o padre-mestre Francisco Ferreira Jardim que, aliás, exercia a função desde 1702, sendo o sucessor daquele irrequieto Padre Manoel Ribeiro Barros, de quem não se sabe que paradeiro tomou depois de expulso pelos Irmãos da Santa Misericórdia. Entre 1700-1708, conviveram com Nicolau de Miranda, na Santa Casa, os distintos sacerdotes, Luís de Souza Magalhães, João Gonçalves Vilaça e Domingo Pires. Todos foram professôres de gramática dos moços de côro, sendo seus alunos



Manoel Corrêa, Antônio Pacheco, José de Castro, Inácio Franco Tôres, João de Azevedo e Antônio de Lima. O Padre Luiz de Souza, "Mestre de Latim dos moços do Côro", ensinou desde 15 de outubro de 1700 até 1706, data em que faleceu. Padre João Gonçalves Vilaça, "mestre de gramática dos rapazes do Côro", ensinou latim de outubro de 1706 até dezembro de 1707. E o Padre Domingos Pires era o mestre de latim em 1708 e, ainda em 1713, ganhava o seu salário de 16\$000 anuais "de ensinar latim aos moços do Côro".

O fato de não conhecermos o sucessor ou substituto eventual, durante os meses de 1708, suscita uma especulação talvez não de todo inútil. Teria se afastado o organista por causa do salário, que após tantos anos, continuava o mesmo, frio e inalterável? Já se tinham passado 24 anos do seu ingresso na Igreja da Misericórdia, como "empregado" dela, e nada de aumento. Os anos começaram a pesar nas suas preocupações. Afinal de contas, estava Nicolau de Miranda com os seus 47 anos de idade. Muitos dos sonhos da Juventude e, talvez do seu idealismo já haviam sido roubados pela dureza da vida, ou guardados sem vigor face aos desenganos e ingratidões. Bem que era bom um aumento. Se não pleiteou mais algum dinheiro para seu ordenado, deve ter desejado.

Poderá esta interpretação, ou especulação, não ser a verdadeira, mas o que é histórico é que o nosso artista quando retorna ao cargo — pela quarta vez — retorna com um salário maior que lhe assegura a Santa Casa de Misericórdia da Bahia. E o aumento, pleiteado ou não, chega com mais quinze mil réis, sôbre os vinte mil, de tantos anos de serviço. A perspectiva de ganhar *trinta e cinco mil réis* por ano, certamente, lhe fêz muito bem. Animou-se e retomou o cargo que exercera já durante tantos anos.

Do primeiro pagamento que se efetuou em 2 de julho de 1709, é fácil deduzir o tempo em que recomeça a tocar órgão na Misericórdia. Sendo três quartéis nove meses, pelo documento chegamos à desejada data: outubro de 1708. Eis o apoio documental: "Despendeu vinte e seis mil e duzentos e cincoenta que recebeu Nicolau de Miranda organista do seu ordenado de três quartéis [de nove meses] vencido no último de junho de 1709 — 26\$250" (86).

Não podemos asseverar tenha Nicolau de Miranda permanecido no exercício do órgão da Santa Casa pelo espaço de 1708-1714, sem qualquer interrupção. Para isso, faltam-nos as fontes documentais. Sabemos, entretanto, que essa quarta fase de atividade concluiu-se em 1714, o que se provará.

Que tocava em 1712-1713, não há dúvida, pois aqui está o lançamento da despesa a no-lo dizer: o tesoureiro "despendeu mais trinta e cinco mil rs. que recebeu Nicolau de Miranda organista de seu ordenado [anual] vencido em 30 de junho de 1713 — 35\$000" (87).

E que ainda permanecia em 1714, ano em que mais uma vez se afasta, basta ler-se este assentamento: "Despendeu mais trinta e quatro mil e trinta rs. que pagou a Nicolao de miranda organista seu ordenado até 29 de Julho de 714 em que se despediu — 34\$030" (88).

O leitor não entenda êsse "se despediu" em 29 de julho de 1714, como equivalente a "deixou o cargo", porque erra. A redação do escrivão deve ser interpretada, como nós dizemos hoje quando empregamos o pronominal, no sentido de *cumprimentar*. Melhor será apegar-se à quantia paga ao organista e notar que a mesma não atingiu o total do salário anual que teria de vencer-se em o "último" de junho daquele ano. A parte que se descontou — sem descer a precisões matemáticas — corresponderia a uns dez dias antes do último de junho de 1714. Do contrário não entenderíamos a nomeação de um outro organista, em 24 de junho do referido ano, o que se deu na pessoa de um ilustre reverendo, Padre João da Cunha Pereira, "mestre em artes, confessor aprovado, músico organista". Três títulos que dizem muito bem do nôvo organista da Santa Casa, sobretudo quando o situamos em plenos tempos coloniais, às vêzes tão caluniados. A Santa Casa não teve dúvida. Aceitou o padre, dando-lhe cumulativamente dois cargos: Capelão do Côro e Organista. Era a primeira vez que isso acontecia na Misericórdia. E acontecia em função de um concurso público, circunstância que se reveste de muita importância naqueles tempos coloniais. A Santa Casa mandou espalhar "editais para que chegasse a notícia aos Rdos. Sacerdotes que quisessem a tal Capelania com as obrigações referidas", isto é: tocar órgão e rezar missas, em suma.

Norbert Dufourcq buscando saber "de quelle manière on été recrutés" alguns organistas franceses do século XVII, topa com um caso que lhe propicia "une réponse". Conta êle que, em 1680, Jean Denis é mandado embora de Saint-Séverin "de manière assez brutale", e, para preencher o lugar de organista que ficava vago, os tesoureiros — Dufourcq emprega sempre o plural — da igreja anunciam, em 24 de março de 1680, que o órgão (o cargo de organista) será colocado em concurso e entregue à *celui que sera jugé le plus capable et le plus expert en cet art* (citação do autor). Comportava o concurso duas ou três provas eliminatórias. Apresentaria, finalmente, uma "*pièce écrite*" para órgão sôbre um tema gregoriano, o qual fôra divulgado na última hora" (89).

Êsse foi o "modelo" francês. No caso baiano de 1714, o concurso aberto pela Santa Casa de Misericórdia não deve ter atingido tais "requintes". Os documentos silenciam a respeito. O que dizem é que o candidato afirmava "ter os requisitos" exigidos. E o resto ficava por conta dos Irmãos que teriam de votar contra ou a favor do candidato. De fato, "votaram uniformemente" no distinto Padre João

da Cunha Pereira. Com isso, ficava nomeado; podia logo ir experimentar o instrumento litúrgico que se encontrava na Igreja da Misericórdia.

O documento lavrado a propósito, não obstante a sua extensão, é aqui revelado integralmente, em forma atualizada.

*Térmo de como foi nomeado o Rdo. Pe. João da Cunha Pereira por Capelão do Côro na Capelania, que instituiu o defunto Capitão Miguel Carvalho Mascarenhas com obrigação de tocar órgão.*

Aos 24 dias do mês de Junho de 1714 nesta Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos no consistório e casa do despacho da Casa da Santa Misericórdia estando em mesa redonda o Provedor atual dela, o Desembargador João de Sá Souto Maior, comigo Escrivão, e mais Conselheiros foi proposto pelo dito Provedor que o finado Cap. Miguel Carvalho Mascarenhas deixou em seu testamento se lhe fizesse um Capelão do Côro desta Santa Casa, e que lhe assista organista para tocar órgão nos officios divinos como nesta casa é estilo, ao qual se lhe daria de ordenado cincoenta mil rs. por uma e outra obrigação, como também deixou se lhe mandasse dizer uma Missa quotidiana por sua alma dita no altar maior, e que esta lhe dissesse o Capelão dito de esmola de doze vinténs cada uma, e que outrossim seria obrigado a lhe rezar em cada dia estando no Côro cinco Ave Marias por sua alma dedicadas a cinco letras do nome de Maria mãe de Deus e tendo pôsto editaes para que chegasse a notícia aos Rdos. Sacerdotes que quisessem a tal Capelania com as obrigações referidas, appareceu uma petição do Rdo. Pe. João da Cunha Pereira, mestre em artes, confessor aprovado, músico organista na qual dizia digo pedia que visto ter os requisitos de que dispunha o testador o Cap. Miguel Carvalho Mascarenhas fôsem servidos nomeá-lo para exercer a dita occupação com o ordenado que lhe fôsem servidos, e que visto pelo dito provedor e mais irmãos da mesa votaram uniformemente fôsse admitido por Capelão na forma requerida com o ordenado de setenta mil rs. a saber, cincoenta da obrigação do Côro, e órgão que deixou o dito defunto, e assim mais vinte mil rs. que dá esta casa para a dita occupação de organista com a obrigação de dizer a Missa quotidiana pela alma do dito defunto de esmola de doze vinténs cada uma com as obrigações referidas, como também fazer tudo o que lhe pertencer, e se lhe encarregar da mesa desta Santa Casa como Capelão dela na forma que costumamos fazer, e obrar os mais Capelães do dito Côro, e de tocar órgão em todos os officios divinos que se fizerem na dita Casa, tudo debaixo do ordenado dos ditos setenta mil rs. que lhe serão pagos aos quartéis por mão dos Tesoureiros desta Casa, e sendo chamado o dito Padre para responder as obrigações com que fôra admitido, aceitou a dita occupação de Capelão, e organista desta Casa, e

se obrigou a não faltar a tudo quanto se lhe encarregasse, e pertencesse, a uma, e outra ocupação pelo dito ordenado, como também a dizer a dita Missa quotidiana com a mesma esmola de doze vinténs tudo na forma das verbas do testamento do dito defunto, e assim mais haverá todos os prós, e precalços que lhe pertencerem na forma que têm os mais Capelães do Côro, em fé do que fiz êste têrmo que assinou o dito Rdo. Pe. comigo Escrivão da mesa Sargento Mor Manoel Ramos Parente o escrevi.

João da Cunha Pereira  
Manoel Ramos Parente (90).

De nossas esporádicas pesquisas realizadas na Bahia, não restaram elementos a acrescentar sôbre o organista e Mestre em Artes, Padre João da Cunha Pereira. Também não nos é possível, no momento (e vivendo longe da Bahia), deslindar a quinta fase de trabalho, na Santa Casa, do nosso Nicolau de Miranda. Adiantamos, apenas, que o nosso artista exerce a sua tarefa na década de 1720. De fato, encontramos o seu nome na lista dos "Salarizados" de 1725, como um dos contemplados com as "propinas" da "festa da Páscoa" daquele ano. Coube ao organista a importância de 1\$280, enquanto o mestre de capela, então o Padre Ambrósio Correa de Souza, recebeu... 2\$360, e os quatro moços do côro, 2\$560 (91).

Adiantamos, ainda, que Nicolau de Miranda não se ocupa mais do órgão da Misericórdia no período que vai de junho de 1728 a começos de 1731. No período aludido, uma outra figura de organista aparece nos papéis da Santa Casa da Misericórdia da Bahia. Trata-se do Padre Estêvão Rodrigues, e não Padre Estêvão Luiz (ou quando muito Ruiz), como pode ser lido nos mesmos papéis. Por têrmos encontrado a forma extensa de Rodrigues é que permitiu a precisão (92).

Será que existe alguma ligação entre êsse Padre Estêvão Rodrigues e aquêle outro organista, o môço de côro Estêvão Moreira?

Por essa época, possivelmente, vive na Bahia uma destacada figura de músico que, parece, nada tem a ver com a Santa Casa. Na Bahia, mas não necessariamente na Cidade do Salvador. Referimo-nos ao religioso de S. Antonio, o Padre-Mestre Frei Luiz de Jesus, o qual deixou fama de "horganista compositor e otimo no contralto", segundo a informação de José Mazza, dicionarista português (?) do século XVIII. Vivia o organista na vila de São Francisco (93).

Nada mais fornece o autor citado em relação ao Frei Luiz de Jesus. Entre os defeitos do dicionarista, denunciámos dois principalmente: a não indicação da época (já não dizemos, as datas principais) em que floresceram os músicos por êle contemplados, e os nomes incompletos dos mesmos músicos. É o caso daquele carmelita Frei Mathias, já mencionado neste trabalho. Êsses dois defeitos che-

gam a angustiar o pesquisador, porque nem sempre é possível localizá-los no tempo e nem sempre é possível identificá-los com um nome completo. Há, por exemplo, um vulto de músico pernambucano, extraordinário segundo se depreende das indicações de José Mazza, que até agora ninguém sabe com segurança quando viveu. Nem os estudos de Francisco Curt Lange nem os nossos modestos trabalhos conseguiram qualquer coisa de definitivo (94). O músico pernambucano é Nuno da Cunha, o “milhor Compositor” que os pernambucanos já tivemos até fins do setecentos, segundo o mesmo Mazza.

Quanto ao Frei Luiz de Jesus, cremos ter encontrado uma “pista”, a qual se nos afigura bastante segura. Mazza diz que o “Padre-Mestre” era religioso de S. Antônio. Teria sido mais claro para os leitores de hoje se tivesse dito de S. *Francisco*. Sabemos que os franciscanos haviam fundado um Convento na Vila de S. Francisco. Com estes indícios, chegamos à conclusão que o artista, organista e compositor, além de ótimo cantor (contralto), é o Frei Luiz de Jesus Quaresma, que era guardião do Convento de S. Francisco da Bahia em 1703. Foi êle, Frei Luiz de Jesus Quaresma, quem cantou a primeira missa solene da Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco da Bahia, naquele dia de grandes festas de 22 de junho de 1703 (95).

Já que estamos falando de organista franciscano, lembremos que a Igreja da Ordem Terceira, pelos anos de 1750-60, tinha certamente aquêle “formozo órgão no meyo do choro”, de mistura com a “talha dourada” e com os “ricos payneis”, que nos informa o cronista (96). Um outro instrumento, “dado por huns devotos”, foi feito para o convento dos franciscanos da Bahia, no tempo do Guardião Fr. Manoel do Nascimento. A eleição de guardião se deu em 7 de janeiro de 1741. O *Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Bahia*, editado por Frei Fidelis Ott em 1943, regista o que aconteceu no tempo de Frei Manoel, o guardião: “No seu tempo se fêz um Órgão, que custou quinhentos mil réies, que não deixou no côro, por não consentir o Pe. Visitador; êste Órgão foi dado por uns devotos” (p. 15,16). Depois de 6 de dezembro de 1755, é que foi o órgão pôsto no referido côro. Posteriormente (c.1759), o instrumento recebeu adornos de talha e “se dourou, e pintou com o outro corpo, que faz correspondência a êle”. O órgão existia em 1774 (97).

Sexta e última fase de trabalho de Nicolau de Miranda na Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Velho, sòzinho, cansado, pensando na morte mais do que nunca, carregando o fardo dos seus setenta anos de idade, Nicolau de Miranda encontra abertas as portas da Misericórdia. Da Misericórdia da Bahia, a que já dedicara uma vida a serviço do culto divino. Retorna ao seu órgão de tantos anos, com um ar de quem volta ao lar paterno. . .

O seu regresso, desta feita, é celebrado com um t ermo que se conserva na forma original, de f acil leitura, no arquivo precioso da Santa Casa da Bahia. Est a datado de 28 de janeiro de 1731. Ei-lo:

*T ermo de como foi admitido a Organista desta Santa Casa Nicolau de Miranda*

Aos vinte e oito dias do Mães de Janeiro de mil setecentos e trinta e um anos, nesta Cidade da Bahia, e Casa do Consist rio da Santa Misericórdia dela, estando em Mesa redonda o Irmão Provedor Miguel de Passos Dias, comigo Escrivão abaixo nomeado, e mais Irmãos Conselheiros, foi proposta uma peti o pelo dito Ir. Provedor de Nicolau de Miranda, na qual pedia o admitissem por Organista do C oro desta Santa Casa, por se achar vago o dito lugar, visto como concorriam n ele todos os requisitos necessários, como também haver exercido a dita ocupa o muitos anos, o que visto pelo dito Ir. Provedor, e mais Irmãos da Mesa se admitiu ao dito lugar de Organista, com o qual logrará o ordenado de trinta e cinco mil rs. cada um ano, pagos aos quartéis, e assim mais tôda graça, e precalços, que tiveram seus antecessores; com obriga o de tocar órgão em todos os Domingos, dias Santos, e vésperas, e festas da Casa a que f r obrigado, de que por êste t ermo comigo assinou em dito dia e era acima. E eu Antônio de Crasto Escrivão da Mesa, o escrevi, e assinei.

Antonio de Crasto  
Nicolau de Miranda (98).

A propósito de tantos reingressos do nosso organista, na Santa Casa, uma conclusão importante parece impor-se: Nicolau de Miranda foi um homem bom, respeitoso, eficiente e cumpridor dos seus deveres. Do contrário, não se justificaria essa espécie de solicitude da Irmandade da Misericórdia, entremostrando-se sempre disposta a lhe abrir as portas da Santa Casa, em tôdas as vêzes que êle a procurou. E a Irmandade sempre o f z sem qualquer queixa. Sem formular qualquer reclama o a respeito do seu passado de profissional, que parece foi sempre digno, inatacável.

Nicolau de Miranda encontra nesta sexta fase de organista da Misericórdia, uma grande e notável figura de mestre de capela, Gregório de Souza e Gouvea, por sinal injustamente esquecido (99). De fato, Gregório de Souza entrara na Santa Casa em janeiro de 1730, onde trabalharia até 1749, passando a viver, "no Recôncavo desta Cidade".

Ausentou-se o mestre de capela, "sem licença desta Mesa", talvez já nos inícios de 1749, para o dito Recôncavo, deixando os

Irmãos de Misericórdia na incerteza de sua volta. Em face disso outro mestre foi nomeado em junho daquele ano.

O mestrado de Gregório de Souza e Gouvea, portanto, foi longo. Durou cêrca de dezoito anos. A Irmandade da Misericórdia o admitiu em 1730, por tratar-se de um profissional de "notória capacidade", em quem viu ser "pessôa idônea, dextro no Canto de Órgão e ciência para bom regimen, e govêrno dos músicos [ou das músicas] nas festas que esta Casa costuma fazer", pois era "digno de ocupar e bem exercer" o mestrado da Capela da Santa Casa, possuindo "todos os requisitos" (100).

Podemos assegurar, em face do atual estado de nossas pesquisas, que Gregório de Souza elevou consideravelmente as execuções musicais da Igreja da Misericórdia. No seu tempo, os atos litúrgicos alcançaram verdadeiro esplendor. E a Santa Casa soube, em várias ocasiões, reconhecer isso, como consta sobejamente de velhos papéis. Mas, por óbvias razões, não podemos hoje falar mais desta notável figura de mestre de capela. Deixemos, pois, para outra ocasião.

Insistamos na última etapa de Nicolau de Miranda.

Em janeiro de 1731, o organista tem notícia do lugar vago, na Misericórdia — o mesmo lugar que consumira considerável parte de sua existência. Redige a sua petição, ou proposta, e lá se vai bater as portas da Santa Casa. A avançada idade não lhe é obstáculo, porque se ampara no seu prestígio de profissional e de servidor, prestígio advindo do longo tirocínio de organista da Santa Casa de Misericórdia. Parece que não alimenta qualquer sombra de dúvida. Quer voltar ao velho e querido pôsto, para servir ao culto divino e, porque não dizê-lo, para ser servido, pois a idade e o estado de pobreza (ou de miséria?) já o preocupavam seriamente.

Ao pensar em novamente retornar ao órgão da Santa Casa, duas coisas deviam animá-lo: a certeza de que ainda estava "*em forma*" não obstante a idade de 70 anos, podendo mostrar a quem quisesse as suas habilidades de executante, e o argumento que tinha de já haver servido à benemérita instituição durante "muitos anos".

Aceito pelos Irmãos da Misericórdia e instalado na honrosa função de organista, pouco depois faria um outro ofício à mesma Irmandade, desta feita revestido de humildade, em que pedia, com ares de desolado e de perdido, "uma ajuda de custo para se poder remediar das faltas vigentes que padece". Na comovente peça, êle se diz "um homem honrado com setenta anos de idade, sem amparo algum de que se valha, sem escravo que o sirva, e pagando casa de aluguer; padece grandes necessidades, e de presente se acha muito falto de vistuário para poder continuar a dita ocupação, sem ter outro meio de que viva; e as casas da S. Misericórdia, costumam em tôda a parte favorecer as melhores, . . . . e assim mais em satisfação dos muitos

anos que tem servido na sobredita ocupação, a dita Santa Casa.

"P. a Vmcê., Senhor Provedor, e mais Irmãos da Mesa, que tomada a informação necessária de todo o deduzido, se compadeçam dêle Suplicante, dignando-se em lhe mandarem dar uma ajuda de custo para se poder remediar das faltas vigentes que padece.

E. R. M." (102)

Embora estragado, o documento que se reproduziu parcialmente começa por dizer que Nicolau de Miranda "pela Certidão junta, consta entrar na ocupação de Organista, nesta Santa Casa, há quarenta, e um anos, e assistiu nela trinta e cinco pouco mais, ou menos". Infelizmente não foi encontrada a referida certidão. Quanto a ter *assistido* na S. Casa cêrca de 35 anos, é muito possível, embora não possamos confirmar porque faltam elementos relativos àquela quinta fase, de que falamos. Dizer que "consta entrar na ocupação" há 41 anos, deve ter sido lapso de memória. O documento é de 1731, e o primeiro têrmo de sua entrada na Misericórdia é de 1684. Logo, 47 anos já distava o início de sua "ocupação de Organista", na Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

O despacho da Mesa foi dado em 29 de junho de 1731, com o seguinte teor: "O nosso Ir. Tesoureiro da Casa, e recebedor das esmolas dará ao Suplicante vinte patacas de esmolas. Bahia em Mesa 29 de Junho de 1731". *Vinte patacas de esmola*... O que dói não é a quantia — relativamente boa — mas a expressão usada: "de esmola". A quantia era bastante generosa, pois significava quase um salário de três meses do organista.

Nicolau de Miranda recebeu as vinte patacas, ou os 6\$400. A quitação foi exarada no mesmo documento, com letra trêmula, mas redação correta:

"Recebi do sr. Belchior dos Reis Duarte como Tesoureiro que foi da Santa Casa da Misericórdia as vinte patacas do despacho incluso, e por verdade..... hoje na Bahia 7 de outubro de 1731

Nicolao de Miranda"

Continuava na função de organista em 1741, quando em setembro foi-lhe concedido nôvo aumento; mais quinze mil réis sôbre os trinta que vinha percebendo (102). Só em 1745, ao que consta, é que resolve deixar definitivamente a carreira. O que nos leva a esta asserção é o velho têrmo, velho, dilacerado e de difícil leitura, de admissão do seu sucessor, datado de 21 de julho de 1745 (103). Trata-se do organista Ldo. José de Araujo da Assunção (que se firmava *Joseph de Ar. o da Assumpção*). No citado texto, lê-se a seguinte passagem: "uma petição do Ldo. José de Araújo da Assunção.....



por se achar vago o lugar de Organista . . . . . por demissão que fêz Nicolau de Miranda”.

Está aí o fim da muito longa carreira — 61 anos — do organista da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Tinha em 1745 seus oitenta e quatro de idade. E o silêncio dos papéis empoeirados encerra a biografia do humilde organista da Bahia.

O *Doutor* José de Araújo da Assunção continuará a escrever a bela página, de há muito iniciada, da história da arte de tocar órgão na Bahia. Segundo o mesmo termo de admissão, José de Araujo terá as mesmas obrigações que vinha tendo o seu antecessor, Nicolau de Miranda. O texto diz que êle deve “tanger o Organo em todos os Domingos e dias Santos, vesporas, e festas da Casa, Missas Cantadas, etc.”

José de Araujo da Assunção é outro artista que ingressava, na Santa Casa, já com nome feito. Desde pelo menos 1738, êle exercia o cargo de organista da Ordem 3.<sup>a</sup> de S. Francisco da Bahia, “contratado, sendo o mais antigo, de que há notícia exata”, segundo a pesquisadora Marieta Alves (104). No mesmo ano, é mestre de capela da referida Ordem Terceira o Padre Francisco das Chagas, a quem foram pagos 36\$800 “por varias festas que fêz nesta Ordem” (105).

O sucessor do Licenciado José de Araujo da Assunção, na Ordem Terceira de S. Francisco, será o organista Euzébio Fernandes Marques que faleceu em 1777, e o da Santa Casa de Misericórdia, Thomaz da Costa Franco que assume o pôsto em dezembro de 1749, tempo em que, parece, ainda não era sacerdote. Não desempenhará por muito tempo, porém, porque já em novembro de 1750 êle entregou “a chave do Organo ao Provedor”. Consta ter sido o Padre Thomaz da Costa Franco, além de organista, também compositor.

O Licenciado José de Araujo da Assunção, depois de ser organista da Santa Casa, passou a desempenhar o cargo de sacristão da Igreja do Pilar, na cidade do Salvador. A informação está contida no despacho dado pela Mesa da Misericórdia à petição do Thomaz da Costa Franco, em 7 de dezembro de 1749, apresentada por êle para a obtenção do cargo de organista. Reza o teor do despacho: “Admitimos o Suplicante pelas boas informações, . . . . sua capacidade, e inteligência, e por nos constar hemos provido o atual em sacristão da Igreja do Pilar em atenção do que se fará têrmo o nosso Irmão Escrivão para exercer o dito lugar de hoje por diante com o mesmo Ordenado, proes e precalços que lhe pertencem. Bahia e Mesa sete de Dezembro de 1749. Provedor Marques / Almeida / Dantas / Guimarães / Ribeiro” e mais três rubricas (106).

Sôbre o organista Thomaz, ainda não sacerdote, transcrevemos êste lançamento de despesa da Santa Casa: “Despendeu mais dezessete

mil novecentos e dez réis que [pa]gou em 18 de novembro de 1750 a Thomaz da Costa Franco organista que foi desta Casa de seu ordenado até o tempo que largou a ocupação como consta do documento [sic] ..... (107).

Afastando-se Thomaz da Costa Franco, da Santa Casa, surgiu outro organista, Domingos dos Santos de Almeida, já ativo em dezembro de 1750.

Recife, agosto de 1971

PADRE JAIME C. DINIZ

1 Não existe concordância, entre os autores, quanto ao nome — e à grafia do organista franciscano. Citaremos apenas um autor para cada variante: "Masseu" (Vat, Odulfo Van Der, OFM. *Princípios da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1952); "Maffeo" (*História da colonização portuguesa no Brasil*. Porto, Lit. Nacional, 1923. v. 2); "Mafeu" Almeida, Renato. *História da música brasileira*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1942); "Mafeo" (Melo, Guilherme de. 1947).

2 Sousa, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, 1971. p. 41. Trata-se, evidentemente, da segunda missa realizada no Brasil, "cantada e oficiada pelos religiosos e sacerdotes". Apud *Hist. colon. port. no Brasil*, v. 2, p. 144. "Gaspar Correia (*Lendas*, v. 1, p. 148) consigna que a armada levava órgãos, o que explica a presença do organista. Esses órgãos eram de certo facilmente manejáveis, como aqueles que, cerca de quatro anos mais tarde, levou para a Índia o capitão-mor Lopo Soares". Apud Sinzig, Pedro (OFM). *A música sacra no Brasil. Música sacra*. Petrópolis, Vozes, : 27, 1946. "Pode imaginar-se o cavername dos barcos a vibrar com a toada litúrgica, acompanhada a órgão, na capitânea, pelos dedos hábeis de Fr. Masseu". Apud Mendonça, H. Lopes de, apud Santos, Iza Queiroz. *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1943. p. 114. Nossa opinião nada tem a ver com as "imaginações" de Bauab, Magida. *História da educação musical*. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1960. p. 190, e de Brasil, Hebe Machado. *A música na Cidade do Salvador*. Salvador, Prefeitura Municipal, 1969. p. 45.

3 Barros, João de. *Década*. Lisboa, v. 1, 1552, cit. por Guerra, Flávio. *Evolução histórica de Pernambuco*. Recife, Ed. de Pernambuco, 1970, v. 1, p. 61: "E o que mais levantava o espírito destas coisas eram as trombetas, os atabaques, sestros, tambores, flautas, pandeiros e até gal-tas, cuja ventura até então fora andar pelos campos no apascentar dos gados e que naquele dia tomaram pôse de ir sobre as águas salgadas do mar, nesta e outras armadas, que depois a seguiram, por que nas viagens de tanto tempo tudo os homens buscavam para livrar a tristeza do mar".

4 "Alvará de Sua Alteza para haver um tangedor na Sé desta Cidade que tanja os órgãos". In: *Documentos históricos*. Rio de Janeiro, Arquivo

Nacional, 1937. v. 36, p. 27-8. Em Duprat, Régis. A música na Bahia colonial. *Rev. de história*, São Paulo, (61): 98, 1965, há um equívoco quando afirma que o citado Alvará é de "doze" de setembro.

5 *Doc. hist.*, v. 36, p. 9. A "Certidão" do Bispo da Bahia, D. Pedro Leitão, acrescenta ao texto cit. a data "25 de Dezembro de 1560", que deve ser evidente equívoco. A carta foi escrita, com efeito, em maio de 1560, logo não poderia atestar um fato ainda por acontecer. Daí, não tivemos dúvida de assinalar a data de 1559, para o início das atividades do organista, Cônego Pedro da Fonseca.

6 *Doc. hist.*, v. 36, p. 98-9. Os duzentos mil réis, mencionados no segundo doc. transcrito, eram o *dote* anual que El-Rei concedia ao bispado, e que era, o mesmo dote, pago pela Fazenda. Em setembro de 1561, aumentou-se com outros duzentos mil. *Ibid.*, p. 108-9.

7 *Ibid.*, p. 98.

8 Duprat, op. cit., p. 98.

9 *Doc. hist.*, v. 36, p. 100-1.

10 *Ibid.*, p. 165.

11 *Ibid.*, p. 176-7. "Confirmação da Vigairaria da nova Parochia da Villa Velha em Pedro Fonseca". Calmon, Pedro. *História da fundação da Bahia*. Salvador, Museu do Estado da Bahia, 1949. p. 155 (cont. da nota 8). *Vat.*, op. cit., p. 48.

12 *Doc. hist.*, v. 36, p. 178.

13 *Ibid.*, p. 121. "Provisão da Vigairaria de João Barantes da Igreja da Villa Velha". *Ibid.*, p. 120-22.

14 Cardim, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro, J. Leite, 1925. p. 336. *Descantes*, pelo contexto, não parece significar polifonia, mas significa instrumentos: *com órgãos, cravo e descantes*. Na mesma obra, encontram-se passagens semelhantes (sempre indicando genericamente instrumentos, talvez de sópro): "boa música de vozes, cravo e descantes" (p. 286); "com suas frautas, cravo e descante" (p. 303); "com seus descantes e cravos" (p. 324). Na Alemanha dos séculos XV-XVII, conhece-se o *Discant Schalmey*, que é um *Superius* — ou em alemão *Diskant* — das charamelas, ou do oboé. A palavra *Diskant*, "castellanizada" em *discante*, e aportuguesada em *descante*, foi empregada com sentido análogo de voz ou instrumento agudo, ou seja de tessitura "alta". Em qualquer das línguas, a origem da palavra é mesmo latina: *Discantus*.

15 *Ibid.*, p. 323-4.

16 Já o primeiro Bispo do Brasil pedia, em 12 de julho de 1552, "mandar cá uns órgãos". *Hist. colon. port. no Brasil*, v. 3, p. 364. Cardim, op. cit., p. 324, fala de uma procissão com "música de vozes, flautas e órgãos". Em 1580, Antônio Valente publicou "Versi spirituali per suonare negli organi vespri, messe e altri uffici dlvini" (Sangiorgio, Carmelo. *Il posto dell'organo*. Catania, Tip. Frat. Viaggio Campo, s. d. p. 20). O Concílio Tridentino fala de "Organorum melodia in templis...", usa expressões como "In cantibus et organis in templo". Outras expressões, no plural, encontram-se no Cerimonial dos Bispos: "In Matutinis... possunt pulsari organa..." "... organa pulsari etiam inter horas canonicas". Apud Pons, André. *Droit eclesiastique et musique sacrée*. St. Maurice, 1960. v. 3, p. 102, 104, 133. O organeiro francês Pierre Thierry fala dos reparos que ele deve fazer (1644) "aux orgues de l'Eglise St. Paul".

17 Leite, Serafim (SI). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1945. v. 7, p. 405. A notícia do inventário lembra-nos os versos do "Soneto saudoso" de Luiz Canello de Noronha, baiano, vate da Academia dos Esquecidos, nascido em 1689: "Destemperada Cítara, e quebrada, / Rouca voz, grave som, triste instrumento, / Suspende o canto, pára o pensamento, / Que a mente chora, e o silêncio

brada!" In: *Poesia barroca*. Antologia org. por Péricles E. da Silva Ramos. p. 143.

18 Lange, F. Curt. "A música barroca". In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Dif. Eur. do Livro, 1968. v. 2, p. 131 (entre as páginas 128-9, há uma bela reprodução do órgão de Diamantina). Id. "A música barroca". In: *Minas Gerais, terra e povo*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1970. p. 269.

19 Silva-Negra, Clemente Maria da (OSB). *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador, Tip. Beneditina, 1950. p. 155-6. — Id. Explicação (Introdução ao Livro do gasto da sacristia do Mosteiro de São Bento de Olinda). *Rev. do Serv. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 12: 235, 1955. — Diniz, Jaime C. *Músicos pernambucanos do passado*. Recife, Imp. Universitária, 1969. v. 1, p. 126-7. — Iza Queiroz acreditou, erroneamente, que o órgão do Mosteiro do Rio datava de 1777, e que tinha sido fabricado em Lisboa. Cf. Santos, Iza Queiroz, op. cit., p. 116-7.

20 Brasil, op. cit., p. 61.

21 Em 1792, Antônio Francisco Lisboa (apenas homônimo do Aleijadinho) recebeu mais 156\$640 "pelo resto que lhe devia do órgão que fez para as Religiosas" do Convento do Destêro. Cf. Alves, Marieta. Órgãos, organeiros e organistas na Bahia. *A tarde*. Salvador, 21 ago. 1961, p. 5 — Brasil, op. cit., p. 69.

22 Santa Casa de Misericórdia, Salvador. *Livro de despesa, 1672-1681*. Ms. Códice 848, fl. 89: "despendeu o dito (tesoureiro) seis mil rs. que deu ao Pe. João Fagundes de afinar, e consertar o órgão".

23 Mazza, José. *Dicionário biográfico de músicos portugueses*. Lisboa, Rev. Ocidente, 1944-1945. p. 6.

24 Brasil, op. cit., p. 57: "Frei Euzébio tocava harmonium..." (e esta "jóia"). "O harmonium, a flauta, o violino, o cravo, por se constituírem os mais apropriados ao acompanhamento das vozes nos cantares das Igrejas, são ainda inteiramente dominados pelos jesuítas, como nos informa a história". — Almeida, op. cit., p. 292: Frei Euzébio "tocava harmonio e viola e compôs música religiosa". — Já denunciamos, aliás, essa falta de formação musicológica. Cf. Diniz, op. cit., v. 2, p. 190-1.

25 Querino, Manuel *Artistas baianos*. Salvador, 1911. p. 164-5. — Sinzig, op. cit., 1947, p. 53. — Heltor, Luiz. *150 anos de música no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956. p. 23. — Sousa, Antonio Loureiro de. *Baianos ilustres, 1564-1925*. Salvador, Tip. Beneditina, 1949. p. 18. — Cernicchiaro, Vincenzo. *Storia della musica nel Brasile*. Milano, Frat. Riccioni, 1926. p. 153.

26 "Arquivo da Torre do Tombo, corpo cronológico I, 88, 63". In: *Hist. colon. port. no Brasil*, v. 3, p. 364. — Santos, op. cit., p. 217.

27 Muricy, Andrade. No décimo quarto centenário da morte de São Bento. *Música sacra*. Petrópolis, Vozes, : 216, 1947.

28 Todos os autores consultados, entre eles, Vilhena, R. Galvão, Calmon, Lacombe, são concordes em consignar a data de 1581 como sendo a da chegada dos beneditinos na Bahia. Porém, "os frades de São Bento chegaram a Bahia em 1580", afirmou Pinho, José Wanderley de Araújo. "Prefácio". In: *Mosteiro de São Bento*, Salvador. *Livro velho do tombo*. Salvador, Tip. Beneditina, 1945. p. xvii.

29 Calmon, Pedro. *Brasília, catedral do Brasil*. Brasília, 1970, p. 36 — Sousa, op. cit., p. 138.

30 Sousa, op. cit., p. 136, 139, 162. Deve haver equívoco, no autor das "Cartas soteropolitanas", quando informa que os capuchos de Santo Antonio "vieram... fundar casa na Bahia" em 1594. Cf. Vilhena, Luis dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador, Ed. Itapuã, 1969, v. 2, p. 445. Já havia uma ermida de S. Francisco deixada por um religioso es-

panhol (Calmon, *Brasília...*, p. 37) quando os franciscanos fundaram o Convento da Bahia em 1587. Cf. Teves, Matias (Frei). *A restauração da Província de Santo Antonio*. Recife, 1967. p. 4, 28

31 Apud Santos, op. cit., p. 193.

32 *Livro velho do tombo*, p. 6, 310; 24, 334.

33 Apud Santos, op. cit., p. 240.

34 *Ibid.* — *Baixão* diz Bento Pereira ser “fagote, instrumento músico de páo, de sôpro e palheta, que constitue o baixo do oboé”. — Fetis, em “A música ao alcance de todos”, tradução de J. E. de Almeida, informa: “Usam às vezes em Allemanha d’um contra-basso do fagote que se chama *baixão*; as suas proporções são maiores que as do fagote e sôa a oitava inferior d’este”. Apud Vieira, Domingos. *Grande dicionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza*. Pôrto, Chardron & Moraes, 1873. v. 2, p. 707a. — O Padre Tomás Borba, musicólogo português, escreve: “Instrumento de palheta dupla da familia dos charamelas, que se usou no séc. XV, XVI e XVII como baixo dos instrumentos de sôpro. O seu emprêgo era limitado quase só ao serviço das igrejas, para acompanhamento do canto eclesiástico, sobretudo nas procissões... Os franceses ainda hoje chamam *basson* ao fagote, que foi um sucedâneo do baixão”. Apud Borba, Tomás & Graça, F. L. *Dicionário de Música*. Lisboa, Cosmos, 1962. v. 1, p. 131a.

35 “Dietário das vidas e mortes dos monges”. In: *Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Pap. Pinheiro, 1927. p. 165.

36 Santos, op. cit., p. 212.

37 Muricy, p. 216.

38 *Livro velho do tombo*, p. 166, 307. — *Mosteiro de São Bento...*, p. 173. — Santos, op. cit., p. 212.

39 Santos, op. cit., p. 215.

40 *Ibid.*, p. 231.

41 Jatobá, Pedro. Grandes compositores da Ordem Beneditina. *Diário de noticias*. Salvador, 8 jul. 1947; transcrito em *Música sacra*. Petrópolis, Vozes, : 187-8, 1947.

42 As notas biográficas sobre os organistas beneditinos foram calçadas nas seguintes fontes (principalmente nas duas primeiras): “Dietário...” — Santos, Iza Queiroz. “Suplemento biográfico”. In: op. cit. — Sinzig, op. cit., p. 53-4. — *Id.* Notas sobre a música sacra no Rio. *Música sacra*. Petrópolis, Vozes, : 147, 1948. — *Livro velho do tombo*. — *Jatobá*, op. cit. — Muricy, op. cit.

43 Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Salvador. *Livro dos serventuários da Casa*, IV. Ms. Apógrafo, fl. 321.

44 *Ibid.*, 1731-1765. fl. 276v. (ou 314 velho).

45 *Ibid.*, I, 1765-1831. fl. 15v.

46 *Id.* *Livro de despesas*, 1672-1681. Ms. Códice 848, fl. 96.

47 *Ibid.*, fl. 12v. (Continuava desempenhando o cargo de Mõço do Côro em 1673. *Ibid.*, fl. 18).

48 *Ibid.*, fl. 60v.

49 *Ibid.*, fl. 96v, 121v., 145, 149. (O grifo é do transcritor).

50 Duprat, op. cit., p. 98. Antes, à p. 97, o autor afirma que “o côro de música [sic] era composto de dois moços”... Sabe-se, a respeito do Rio de Janeiro, que “Os alunos pobres do seminário de S. Joaquim faziam semanas de coros, indo dois para o côro de S. Pedro, dois para o da Candelária e dois para o da Misericórdia, recebendo por esse serviço o seminário uma quantia anual” E acompanhavam enterros e cantavam em “cantochoão”. Ver Macedo, J. M. de. *Um passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. de ouro, 1964. p. 249.

51 Ver “Directorio para tudo / o que / pertence ao culto divino nesta / Santa Casa / da Misericórdia da Bahia / tirado do compro-

misso / e cerimonial romano / neste ano / de 1717". In: *Livro dos serventuários da Casa, IV, 1731-1766*. fl. 116-9v. ("Do Mestre da Capela e Chantre do Côro", cap. 2).

52 *Ibid.*, fl. 216.

53 *Ibid.*, fl. 3v., 4 (Apógrafo).

54 *Id.* *Livro de despesa da consignação da Casa, 1683-1700*. Ms. fl.

13.

55 O Padre Pascoal Durão de Carvalho, expulso da Misericórdia pela Mesa da Irmandade (*Livro de acordãos, III*. Ms. Códice 14, fl. 28), foi um daqueles devotos da Virgem do Pilar que fundaram a Igreja, sob aquela invocação, em começos do Séc. XVIII, segundo informação do Frei Agostinho de Santa Maria.

56 *Ibid.*, fl. 127v.

57 *Livro dos serventuários da Casa, IV*. Códice 37, fl. 4. Trata-se de uma nota acrescentada ao Termo de 1684, já transcrito neste trabalho.

58 *Livro de despesa da consignação da Casa, 1683-1700*. n. 849, fl. 79.

59 *Ibid.*, fl. 91.

60 *Ibid.*, fl. 104v.

61 *Ibid.*, fl. 117.

62 *Ibid.*, fl. 127v.

63 *Ibid.*, fl. 127v., 128. — *Livro dos serventuários da Casa, IV*, fl. 54.

64 *Livro de despesa da consignação da Casa, 1683-1700*. n. 849, fl. 137v. A quantia deve assim ser entendida: quatro mil réis era o pagamento do quartel de môço de côro, os cinco mil, do quartel de organista.

65 *Ibid.*, fl. 151v. — A quantia desse pagamento inclui o ordenado anual. (20\$000) de organista, e o restante não atinge os 16 do ordenado do môço do côro. Lourenço de Souza deve ter deixado de ser môço de côro em fins de abril de 1696. Aberta a vaga, Pascoal Lopes foi admitido em primeiro de maio. *Livro dos serventuários da Casa, IV*, fl. 69v.

66 *Livro de despesa da consignação da Casa, 1683-1700*. n. 849, fl. 163.

67 Calderón, Valentin. *Biografia de um monumento; o antigo convento de Santa Teresa da Bahia*. Salvador, UFBA., 1970. p. 45-6 (Estudos baianos, 3).

68 *Ibid.*, p. 55.

69 Calmon, p. 50.

70 Tavares, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 4.ª ed. Salvador, Ed. Itapuí, s. d. p. 94.

71 Dufourcq, Norbert. De l'emploi du temps des organistes parisiens sous les règnes de Louis XIII et Louis XIV et de leur participation e l'office. *La revue musicale*. Paris (226): 35-47, 1965. O salário era também insuficiente, em relação aos mestres de capela do período colonial brasileiro. Deve ser esta a razão, mais do que qualquer outra, o fato de eles andarem por tantas igrejas e capelas e Irmandades. O caso em Pernambuco parece-nos de uma escancarada evidência, como diria Joel Pontes. Ver os nossos dois volumes, já publicados, sobre os *Músicos pernambucanos do passado*.

72 O grifo não é do original. Cf. *Livro de despesa da consignação da Casa*, n. 849, fl. 163v.

73 *Livro dos serventuários da Casa, IV*, n. 37, fl. 54 — *Livro dos acordãos, III*. Cód. n. 14, fl. 58v. — *Livro dos segredos da Santa Casa*, fl. 32v.-33.

74 *Livro dos acordãos, III*, loc. cit.

75 *Livro de despesa da consignação da Casa*, n. 849, fl. 175.

76 *Ibid.*, fl. 187.

77 *Ibid.*, fl. 199v.

78 *Livro de despesa da consignação da Casa, 1700-1709*. Cód. n. 850, fl. 10.

- 79 Ibid., fl. 19.  
 80 Ibid., fl. 31.  
 81 Ibid., fl. 44v.  
 82 Ibid., fl. 56v.  
 83 Ibid., fl. 68.  
 84 Ibid., fl. 81.  
 85 Ibid., fl. 89v.  
 86 Ibid., fl. 105v. — Dissemos que Nicolau “recomeçou a tocar órgão” em outubro de 1708, mas não desprezamos a probabilidade de ter sido “no último” de setembro daquele ano.  
 87 *Livro de despesa da consignaço da Casa*, 1693-1714. n.º 851, fl. 20.  
 88 Ibid., fl. 27v.  
 89 Dufourcq, p. 45.  
 90 *Livro dos serventuários da Casa*, IV. n.º 37, fl. 129-129v.  
 91 “Rol das propinas que costuma dar esta Sta. Casa aos salarizados dela em dia de Pascoa”. Doc. avulso de 1725, Pacote de Despesa (T. da Casa) de 1724-1725.  
 92 Ver os seguintes papéis avulsos do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia: “Folha do primeiro quartel dos Salarizados que se venceu em o último de Setembro de 1728”; “Folha dos Salarizados da Casa do segundo quartel que se venceu no último de Dezembro de 1728”; “Folha do [3.º] quartel dos Salarizados da Casa que se venceu no primeiro de Maio de 1729” — Pacote: *Despesa de 1728-1729*; “Folha dos Salarizados desta S. Casa da Misericórdia do seu último quartel que se venceu em 30 de Junho de 1731” — Pacote: *Despesa de 1730-31*.  
 93 Mazza, p. 6.  
 94 Diniz, *Músicos pernambucanos...* v. 2, p. 33-4.  
 95 Alves, Marieta, p. 18.  
 96 Ibid., p. 19.  
 97 Apud Órgãos na Igreja de São Francisco na Bahia. *Música sacra*. Petrópolis, Vozes, : 84, 1946.  
 98 *Livro dos serventuários da Casa*, IV, 1731-1765. fl. 156v.  
 99 Nenhum elemento biográfico encontramos nas publicações por nós manuseadas, salvando-se Brasil, H. M., p. 67, que apenas registra o nome, e assim mesmo sem a exatidão da forma usual do Mestre, o qual se assinava Gregorio de Souza e Gouvea (e não, de Gouveia).  
 100 *Livro dos serventuários da Casa*, IV, fl. 153, 216. — O termo original (fl. 153) está dilacerado, oferecendo lacunas. O apógrafo (n.º 37) ajudou-nos a reconstituir o texto.  
 101 Doc. 141, “Ajuda de custo do organista”, no pacote da *Despesa de 1730 para 1731*. — Parte desse documento foi revelada, pela primeira vez, em Diniz, *Músicos pernambucanos...*, v. 2, p. 19-20.  
 102 *Livro dos serventuários da Casa*, IV, 1731-1765. fl. 156v.  
 103 “Térmo por que se admitiu a Organista do Còro desta Sta. Casa o Licenciado José de Araujo da Assunção”. In: *Livro dos serventuários da Casa*, fl. 234v. (Apógrafo, fl. 253v.).  
 104 Alves, Marieta, p. 221.  
 105 Ibid.  
 106 *Livro dos serventuários da Casa*, IV. fl. 242v.  
 107 *Livro de recetta e despesa da Casa*. Cód. n.º 882, fl. 113.